



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ-UFPI
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS-CSHNB
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

LUCÉLIA BEATRIZ DA SILVA

ANFRÍSIO FIALHO: um propagandista da República na capital do Império
(1877-1885)

PICOS-PI

2013

LUCÉLIA BEATRIZ DA SILVA

ANFRÍSIO FIALHO: um propagandista da República na capital do Império
(1877-1885)

Monografia apresentada ao Curso de
Licenciatura Plena em História, do
Campus Senador Helvídio Nunes de
Barros, da Universidade Federal do Piauí.

Orientador: Prof. Dr. Johny Santana de
Araújo

PICOS-PI

2013

Eu, **Lucélia Beatriz da Silva**, abaixo identificado(a) como autor(a), autorizo a biblioteca da Universidade Federal do Piauí a divulgar, gratuitamente, sem ressarcimento de direitos autorais, o texto integral da publicação abaixo discriminada, de minha autoria, em seu site, em formato PDF, para fins de leitura e/ou impressão, a partir da data de hoje.

Picos-PI 26 de setembro de 2013.


Assinatura

FICHA CATALOGRÁFICA
Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí
Biblioteca José Albano de Macêdo

S586a Silva, Lucélia Beatriz da.
Anfrísio Fialho: um propagandista da república na capital do império (1877 – 1885) / Lucélia Beatriz da Silva. – 2013.
CD-ROM : il; 4 ¾ pol. (66 p.)

Monografia(Licenciatura Plena em História) – Universidade Federal do Piauí. Picos-PI, 2013.
Orientador(A): Prof. Dr. Johny Santana de Araújo

1. Discurso. 2. Política. 3. Império. 4. República – Brasil.
I. Título.

CDD 981 05

LUCÉLIA BEATRIZ DA SILVA

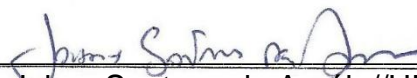
ANFRÍSIO FIALHO: um propagandista da República na capital do Império
(1877-1885)

Monografia apresentada ao Curso de
Licenciatura Plena em História, do
Campus Senador Helvídio Nunes de
Barros, da Universidade Federal do Piauí.

Orientador: Prof. Dr. Johny Santana de
Araújo

Aprovada em: 23 / 09 / 2013

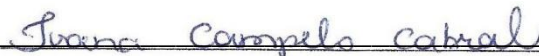
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Johny Santana de Araújo//UFPI-CSHNB
(Orientador)



Prof. Ms. Francisco Gleison da Costa Monteiro//UFPI-CSHNB
(Examinador interno)



Profa. Ms. Ivana Campelo Cabral
(Examinadora externa)

Aos meus pais Frugêncio e Beatriz, ao meu irmão Antônio, e, a todos aqueles que estiveram ao meu lado nessa caminhada.

AGRADECIMENTOS

É chegado o fim de mais uma jornada. Em primeiro lugar agradeço a Deus por ter me concedido com seu imenso amor essa tão sonhada conquista. Foram cinco anos de amadurecimento e aprendizagem, período em que conheci preciosos amigos e sábios mestres e doutores que levarei comigo por onde andar. Desde o início dessa caminhada sabia que não iria ser fácil, porém, não tive medo de enfrentar.

Agradeço de alma e coração aos meus queridos e amados pais FRUGENCIO E BEATRIZ, meus guerreiros e heróis de lutas diárias e meus maiores exemplos de vida, que sempre me ensinaram bons exemplos de honestidade, fé e coragem para lutar por meus objetivos e vencer as adversidades desse mundo que nos cerca.

Aos meus irmãos ANTONIO, RAMON e MARIA, por sempre estarem ao meu lado me apoiando e me incentivando todo o tempo.

Ao meu orientador Professor Dr.: Johny Santana de Araújo, por ter cedido a fonte para a realização desse trabalho, pelas orientações, apoio, incentivo, paciência que teve comigo como orientador de Monografia, de Monitoria e também como supervisor da Bolsa PRAEC. Obrigada professor por ter me estimulado a conseguir produzir esse trabalho, sempre depois de cada conversa e orientação eu me sentia com mais força para driblar as adversidades que encontrava pela frente. Levarei e praticarei seus ensinamentos de Ofício do Historiador por onde eu andar.

Aos professores Francisco Gleison da Costa Monteiro e Ivana Campelo Cabral, por terem aceitado participar da banca examinadora de defesa deste trabalho e também por terem sido exemplos de dedicação ao ofício do Historiador durante todo o curso. Levarei por onde andar os ensinamentos das aulas de Metodologia do Ensino de História e Estágio Obrigatório I.

À professora Ivana Campelo Cabral, por ter vindo de Teresina participar dessa banca.

Aos demais professores do curso: José Lins, Nilsângela Cardoso, Marylu Alves, Frederico Ozanam, Olívia Rocha, Agostinho Coe, Raimundo Lima, Jane Bezerra, Natália Simeão, Ana Paula Cantelle Castro, Ana Maria Coch, Naudiney, Erinalda e Marta Rochelle, os ensinamentos desses mestres também levarei por onde eu andar.

À minha grande amiga Eliene Alves, pela amizade verdadeira de todos os momentos, por ter me apoiado e cuidado de mim como uma mãe e estado do meu lado em um momento muito difícil e complicado que enfrentei nessa caminhada, Obrigada querida pelo companheirismo e cumplicidade que foram formados durante esses cinco anos.

À minha amiga irmã e companheira de casa Jéssica Ramone, por ter cuidado de mim durante esses cinco anos e sempre ter estado do meu lado me apoiando.

À minha amiga Maria Elba, pelo seu companheirismo, apoio, cumplicidade e carinho nos momentos alegres e difíceis.

Ao meu amigo Valdécio, pelo companheirismo, paciência, e dedicação aos nossos trabalhos. Obrigada Valdécio, por sempre ter esclarecido minhas dúvidas nas provas, nos seminários e nos trabalhos que fizemos juntos.

Aos demais amigos da turma pela força e pela união especialmente a Jessica Sorriso, Isabel, Ellen Grazielle, Jandielle, Raelson Iala, Cidinha e Rafaela. Vocês meus amigos irão sempre estar comigo por onde eu andar.

As minhas amigas que fazem outro curso na UFPI e que estão sempre me apoiando, Valéria, Lina Mara, Dedilsa e Martinha.

Aos meus colegas de trabalho que foram trabalhar em meu lugar para que eu pudesse terminar a produção desse trabalho: Valdilene, Maria Nazaré, Sérgio Ribeiro, Rosana e Paulo Duvalé. Agradeço também, à Leonardo, Valdirene, Edilson e Maria Herondina, pelas palavras de apoio e de conforto.

Aos amigos que encontrei recentemente, Maiara Martins, pelo companheirismo e cuidado e Thiago Jose, pelas palavras de incentivo e de apoio.

Às professoras que me ensinaram a ler e escrever CLEIDE e MARIA HELENA, vocês muito contribuíram para hoje eu estar aqui, agradeço também aos demais professores do ensino Fundamental e Médio que me prepararam para que eu pudesse chegar à Universidade.

À minha querida amiga Janaína que apesar da distância está sempre apoiando com palavras de conforto, incentivo e de carinho.

“Toda maneira de agir dependia, é evidente, da maneira de pensar”.

Silva Jardimim

RESUMO

O Presente trabalho analisa a fala e a escrita do militar piauiense Anfrísio Fialho, entre os anos de 1877 a 1885, a partir do enfoque da História política. O foco central da pesquisa consiste em compreender o que levou Anfrísio Fialho a se tornar um fervoroso propagandista da República e analisar sua escrita observando o que o mesmo pensava sobre o império e sobre as ações do imperador D. Pedro II, tomando como referência os discursos de outros propagandistas da República como Silva Jardim e Quintino Bocaiúva. Para a consecução desta análise foram utilizados os estudos sobre a intelectualidade de 1870 de Angela Alonso (2002), assim como também, o de Michel de Certeau (1982), que retrata sobre o lugar social do sujeito, o de Celso Castro (2000), que fala sobre a atuação dos militares como defensores da República o de Rene Remond (1996), sobre História Política, o de Emilia Viotti da Costa (2007), e ainda os estudos de José Murilo de Carvalho. Em relação à metodologia, o trabalho se baseia em uma fonte documental – o livro *Processo da Monarquia Brasileira Necessidade da convocação de uma Constituinte* – que foi resultado de uma pesquisa de oito anos, realizada pelo o sujeito estudado sobre D. Pedro II e sobre o Império. Anfrísio Fialho foi um ferrenho crítico de D. Pedro II e da política imperial de seu tempo e afirmava serem estes, responsáveis por todo o atraso econômico em que se encontrava o Brasil e que a solução para esse problema seria a substituição da Monarquia pela a República.

Palavras-chaves: Discurso. Política. Império. República.

ABSTRACT

The present study analyzes the speech and writing of military piauiense Anfrísio Fialho, between the years 1877-1885, from the viewpoint of political history. The central focus of the research is to understand what led Anfrísio Fialho to become a fervent propagandist of the Republic and analyze your writing observing that the same thought about the empire and the actions of the emperor D. Pedro II, with reference to the speeches of other propagandists of the Republic as Silva and Quintino Bocaiúva Jardim. To achieve this analysis we used the studies intelligentsia 1870 Angela Alonso, (2002) as well as the Michel de Certeau (1982), that portrays on the social place of the subject, that of Celso Castro, (2002), who talks about the role of the military as defenders of the Republic of Rene Remond (1996), about Political History, the Emilia Viotti da Costa (2007), and further studies of José Murilo de Carvalho. Regarding methodology, the work baseia in a documentary source - the book Process Monarchia Brazilian Need for convening a Constituent Assembly - which was the result of eight years of research conducted by the subject studied on D. Pedro II and the Empire. Anfrísio Fialho was a staunch critic D. Pedro II and the imperial politics of his time and claimed they were responsible for all the economic backwardness it was in Brazil and that the solution to this problem would be the replacement of the monarchy by a Republic.

Key-words: Discourse. Politics. Empire. Republic.

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| INTRODUÇÃO | 11 |
| CAPÍTULO I - UM ROSTO MARCADO PARA CAIR: OS CONFLITOS QUE GERARAM A CRISE IMPERIAL NO FINAL DO SÉCULO XIX | 16 |
| 1.1 Da união à crise com a Igreja católica: o conflito com a Maçonaria | 16 |
| 1.2 Uma campanha que abalou as bases da sustentação econômica imperial: dos ideais abolicionistas à lei Áurea..... | 20 |
| 1.3 Uma declaração que gerou um confronto entre os militares e o governo imperial..... | 24 |
| CAPÍTULO II - AS IDEIAS EM MOVIMENTO NA CRISE DO BRASIL IMPÉRIO | 28 |
| 2.1 Os ideais da intelectualidade de 1870 | 28 |
| 2.1.1 Os intelectuais Republicanos | 30 |
| 2.1.2 Os intelectuais Militares..... | 35 |
| 2.2 O movimento Republicano | 38 |
| 2.3 As ideias do Partido Republicano | 41 |
| CAPÍTULO III - ANFRÍSIO FIALHO E SUA ESCRITA ANTIMONARQUISTA 1877-1885 | 45 |
| 3.1 Quem foi Anfrísio Fialho? | 48 |
| 3.2 Entre ações políticas e não políticas: uma investigação sobre o imperador do Brasil D. Pedro II..... | 50 |
| 3.3 <i>Processo da Monarchia Brasileira Necessidade da Convocação de uma Constituinte</i> : uma violenta campanha contra a Monarquia | 54 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 61 |
| REFERÊNCIAS | 63 |
| ANEXOS | 65 |

INTRODUÇÃO

A campanha republicana empreendida no Brasil por jovens que ficaram conhecidos como os propagandistas da República movimentava-se através dos meios de comunicação como jornais, panfletos, livros e também através de discursos proferidos durante os manifestos Republicanos. Sendo assim, evidenciava-se que utilizavam recursos informativos para divulgar seus ideais, segundo Eduardo Henrique Barbosa de Almeida, “um recurso informativo pode contribuir para a formação e constituição de opiniões”¹. Sendo assim, os discursos favoráveis à idéia republicana que circularam em jornais, panfletos e livros pelo Brasil nas últimas décadas do século XIX, visava formar pensamentos antimonárquicos e defensores de um sistema político republicano.

O interesse em trabalhar com fala e a escrita do militar piauiense Anfrísio Fialho que se tornou um propagandista da República, surgiu logo após a realização de um trabalho de transcrição de documentos históricos quando fui bolsista PRAEC sob a orientação do professor Johny Santana de Araújo, que também é o orientador desse trabalho de conclusão de curso. Quando do primeiro contato com a leitura para transcrição do livro *Processo da Monarquia Brasileira Necessidade da Convocação de uma constituinte*, vieram à minha mente pensamentos que me deixava inquieta sobre a forma como Anfrísio Fialho criticava o Imperador do Brasil D. Pedro II.

Nesse mesmo período em que transcrevia esse documento, estava eu cursando a disciplina de República I sob a Orientação da professora Marylu Alves de Oliveira, e comecei a associar a leitura do documento com as leituras da primeira Unidade da disciplina que retratavam justamente sobre o processo de passagem do Império para a República, a partir disso, comecei a perceber que Anfrísio Fialho se tratava de um desses sujeitos que durante o fim do Império brasileiro tinha se tornado um propagandista do regime Republicano.

Diante disso, com a orientação do Professor Johny Santana, iniciei um estudo sobre o livro que seria a fonte utilizada para este trabalho, e também comecei a fazer leituras de autores que retratam a crise do Império e o processo de passagem deste para a República, como Emília Viotti da Costa (2207), Celso Castro

¹ ALMEIDA, Eduardo Barbosa Henrique de. **O literário e noticioso estudantil: Flâmula** e as formas de representação social em Picos na década de 1950. Picos-PI: 2013. Monografia (Licenciatura Plena em História) – UFPI, 80f. p. 12.

(2000), Angela Alonso (2002), José Murilo de Carvalho (2007) e Pedro Calmon (2002), sempre observando a atuação do partido republicano e dos intelectuais ligados aos ideais republicanos.

Esse estudo é resultado de leituras que buscou analisar a fala e a escrita de Anfrísio Fialho a respeito da opinião do mesmo sobre a política imperial, e almejou entender o porquê deste sujeito histórico ter se tornado um propagandista da República e um crítico feroz da política monárquica e do chefe de Estado brasileiro D. Pedro II. Assim sendo, essa pesquisa se realizou mediante a leitura e a análise da obra de Anfrísio Fialho – *Processo da Monarquia Brasileira Necessidade da Convocação de uma constituinte* - que foi resultado de uma pesquisa que esse sujeito histórico realizou durante um período de oito anos entre 1877 a 1885 sobre o Império e sobre as ações de D. Pedro II.

A que se destacar aqui a relevância social deste trabalho, uma vez que este é resultado de leituras referentes a um grupo social de intelectuais que viveram durante as décadas finais do Império, e, atuando nesse grupo estava um piauiense pouco conhecido hoje por seus conterrâneos, que se adentrou no debate em torno da temática republicana. Não obstante há que se ressaltar também, que o mesmo pode propiciar a comunidade acadêmica um maior conhecimento sobre o tema, assim como possibilitar informações aos pesquisadores sobre esse piauiense propagandista da República.

Em meio a isso, objetiva-se contribuir para o esclarecimento das seguintes questões:

- Quem foi Anfrísio Fialho?
- Por que ele se tornou um propagandista da República?
- Como era linguagem da sua escrita sobre a monarquia e sobre o imperador?

Do ponto de vista cronológico, utilizou-se um recorte temporal que privilegiou os anos de 1877 aos anos de 1885, uma vez que foi o período utilizado por Anfrísio Fialho para realizar a pesquisa sobre D. Pedro II e sobre a política imperial. A escolha pelo ano de 1877 deve-se ao fato de ser o ano que marca o início da pesquisa já mencionada, quando Anfrísio Fialho ainda se encontrava residindo em Bruxelas. Já quanto à escolha de 1885, é justificado por ser o oitavo e último ano que marca o fim da pesquisa realizada pelo sujeito em estudo.

Nesta pesquisa também foram feitos recuos temporais, onde são trabalhadas as questões referentes aos conflitos em que se envolveu o Império em seus últimos anos com setores importantes da sociedade como a Igreja, o Exército e a elite agrária cafeeira, são trabalhadas também, a questão do surgimento da intelectualidade de 1870 que contestava o *status quo* imperial e propagavam que a República seria a melhor forma de governo para o país, uma vez que consideramos esses fatos de fundamental importância para entender o discurso de Anfrísio Fialho como propagandista da República e crítico ferrenho da monarquia.

Para a utilização deste trabalho foi utilizada uma fonte documental impressa – o livro do sujeito histórico em estudo, que tem como título: *Processo da Monarquia Brasileira Necessidade da Convocação de uma Constituinte* – que foi disponibilizado pelo orientador deste trabalho e foi encontrado pelo mesmo na Biblioteca Nacional. Sobre as fontes documentais segundo Carlos Bacelar ao iniciar a pesquisa de um determinado documento,

É preciso conhecer a fundo, ou pelo menos da melhor maneira possível, a História daquela peça documental que se tem em mãos. Sob quais condições aquele documento foi redigido? Com que propósito? Por quem? Essas perguntas são básicas e primárias na pesquisa documental, mas surpreende que muitos ainda deixem de lado tais preocupações. Contextualizar o documento que se coleta é fundamental para o ofício do historiador².

Nesse sentido buscou-se nessa pesquisa conhecer e compreender a origem do documento utilizado na construção deste trabalho, observando as condições em que ele foi redigido, o meio social em que se inseria o seu autor, para que assim, pudessemos obter uma melhor compreensão do documento analisado.

Nesse sentido, foi importante a leitura e análise de obras, como *A Escrita da História de Michel de Certeau* (1982), na qual o autor aborda sobre o lugar social do sujeito histórico. As ideias de Certeau permitem compreender as influências sofridas pelo sujeito no meio em que ele se insere, assim, pode-se compreender o porquê de Anfrísio Fialho ter se envolvido em uma campanha republicana.

As obras *Da monarquia a República* de Emília Viotti da Costa (2007), *História Social do Brasil Espírito da Sociedade Imperial* de Pedro Calmon (2002), e *História Geral do Brasil* de Maria Ieda Linhares (1990), foram de fundamental

² BACELAR, Carlos. Fontes documentais: uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. 3. Ed. São Paulo: Contexto. 2011. p. 63.

importância para a compreensão social e política do Império em suas últimas décadas, como também para a compreensão do pensamento dos propagandistas da República.

A Construção da Ordem teatro de sombras de José Murilo de Carvalho (2007), nos permitiu compreender os ideais do Partido Republicano.

Para os estudos sobre política, foram utilizados Por Uma História Política de Rene Remond (1996), obra que foi de fundamental importância para a compreensão da História política, visto que, este trabalho gira em torno de temática de dois regimes políticos, império e a República. E também o artigo de Vinícius Leão Araújo (2012) intitulado de Belicosas palavras: o jornalismo político de David Caldas, esse trabalho que retrata o jornalismo político a favor do regime republicano muito contribuiu para a compreensão da política praticada por Anfrísio Fialho em seu livro que é fonte dessa monografia.

O trabalho de Ana Maria Ibaños (1989), Análise da Argumentação, e o de Lacerda (2001), A importância dos implícitos no discurso político foram fundamentais para compreender e analisar o discurso dos propagandistas da República.

As obras A Formação das Almas (1990), o imaginário da República no Brasil; Os Bestializados o Rio de Janeiro e a República que não foi (1987), ambas de José Murilo de Carvalho, e, Ideias em Movimento a geração de 1870 na crise do Brasil Império de Angela Alonso (2002), nos permite refletir sobre como pensavam os propagandistas da República, como Silva Jardim, Quintino Bocaiúva, Lauro Sodré e muitos outros citados neste trabalho, sobre o regime imperial e sobre como eles realizavam a campanha republicana.

A Proclamação da República de Celso Castro (200), foi de fundamental importância para a compreensão da atuação dos militares no processo de passagem do regime político Imperial para a República.

Este trabalho está estruturado em três capítulos. O primeiro, intitulado de, *Um rosto marcado para cair: Os conflitos que marcaram a crise imperial no final do século*, faz uma narrativa de como o Império se envolveu em conflitos com importantes setores sociais em seus últimos anos, que foram a Questão com os militares, o conflito com a Igreja Católica conhecido como Questão Religiosa, e a questão do movimento abolicionista e da Abolição que desagradou à elite agrária cafeeira do vale do Paraíba.

O segundo capítulo, *As ideias em movimento na crise do Brasil Império*, analisa os ideais de grupos sociais, como os propagandistas da República e os militares que fizeram parte da geração de 1870 e que almejavam a mudança de regime imperial, e analisa também os ideais do Movimento e do Partido Republicano nos últimos anos do regime imperial.

O Terceiro Capítulo, *Anfrísio Fialho e sua escrita antimonarquista 1877-1885*, faz uma análise da fala e da escrita de Anfrísio Fialho. Esse capítulo está subdividido em três subtópicos, o primeiro é uma apresentação do sujeito em estudo nessa pesquisa, o segundo subtópico, retrata sobre uma investigação que Anfrísio Fialho realizou sobre a política imperial e sobre as ações de D. Pedro II e apresenta o resultado da pesquisa segundo o autor, o terceiro subtópico é uma análise sobre o discurso republicano empreendido pelo sujeito em estudo.

Por fim, pode-se afirmar que a bibliografia consultada, somada à fonte utilizada nessa pesquisa, foram essenciais para a constituição deste texto, que, em suma analisa o pensamento de um intelectual militar piauiense que criticava ferozmente a figura de D. Pedro II e a política imperial de seu tempo, e por ter sido um dos articuladores da campanha republicana pode ser considerado um dos propagandistas da República.

CAPÍTULO I

UM ROSTO MARCADO PARA CAIR: OS CONFLITOS QUE GERARAM A CRISE IMPERIALNO FINAL DO SÉCULO XIX

Uma abordagem acerca da importância da fala e da escrita de Anfrísio Fialho vistas como uma propaganda Republicana implica necessariamente em um estudo sobre alguns acontecimentos que ocorreram no Império brasileiro em suas três últimas décadas, que deixaram alguns setores da sociedade brasileira descontentes, como foi o caso dos fazendeiros de café, que ficaram descontentes com a abolição, do clero que entrou em conflito com a maçonaria gerando a Questão Religiosa e da classe dos militares que travaram um conflito com o poder imperial que se desencadeou na Questão Militar. Segundo Emília Viotti da Costa, com esses acontecimentos [...] “o regime perdeu os três pilares em que se apoiava: a aristocracia rural do café, a Igreja e as forças armadas” [...] ¹, sendo assim, esses ocorridos, juntamente com a propaganda republicana empreendida pelos intelectuais da geração de 1870, propiciaram o golpe militar que ocorreu no campo de Sant’Ana em 15 de novembro de 1889, derrubando o Império e instalando A República como forma de governo.

1.1 Da união à crise com a Igreja católica: o conflito com a Maçonaria

Ao refletirmos sobre os descontentamentos da elite brasileira no final do segundo Império é quase impossível não pensarmos no conflito em que o D. Pedro II se envolveu com um importante setor da sociedade em que se apoiava: a Igreja Católica, conflito esse, que terminou gerando a já mencionada Questão Religiosa.

A união entre a Igreja Católica e o Estado Imperial segundo Basile, foi consagrada pela Constituição brasileira de 1824 que previa [...] “o catolicismo como a religião oficial do Império, mas concedia ao Imperador pelo regime do *padroado*, o poder de criar e prover o preenchimento dos cargos eclesiásticos mais importantes” [...] ². É possível perceber claramente nessa citação uma união entre o Estado e a

¹COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. 8. ed. São Paulo: UNESP. 2007. p. 346.

²BASILE, Marcello Otávio N. de C. *Consolidação e Crise do Império*. In: LINHARES, Maria leda (org.). **História Geral do Brasil**. 9. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990. p. 277.

Igreja, selada por um acordo que beneficiava a ambas as partes, que eram interessadas em se manter no poder com o apoio uma da outra.

Mas esse acordo começaria a ser abalado a partir de 1872, devido a um conflito que envolveu a Igreja e a maçonaria. Segundo Basile, esse conflito começou quando:

[...] em uma festa de comemoração à promulgação da Lei do Ventre Livre, na loja maçônica *Grande Oriente*, na corte, o padre Almeida Martins proferiu um discurso em homenagem ao visconde de Rio Branco, então presidente do Conselho de Ministros e grão-mestre da Maçonaria brasileira, e foi depois suspenso por isto pelo bispo do Rio de Janeiro, dom Pedro Manuel de Lacerda³.

É possível notar nesta fala uma divergência de ideias entre os membros da própria Igreja católica, pois alguns de seus integrantes como é o caso do padre Almeida Martins faziam parte da maçonaria, sociedade secreta que não nutria bons sentimentos ao papa e para os adeptos da doutrina ultramontana⁴. Para afastar a maçonaria do seio clerical de acordo com Pedro Calmon, o bispo do Rio de Janeiro ordenou ao padre Almeida Martins a “[...] abandonar a maçonaria; esta (em 16 de abril de 1872) tomou partido do padre. Fremiu a imprensa de um e outro lado, com troca de ataques vivos [...]”⁵.

Essas divergências de idéias entre os membros clericais, e esses concitamentos aos padres maçons e à irmandade não se restringiu apenas ao Rio de Janeiro. Ocorreu também de acordo com a bibliografia consultada, em Olinda e no Pará. Investindo contra os padres e contra a irmandade que se declaravam maçons, Basile afirma que:

Dom Vital Maria, bispo de Olinda, que promovendo uma campanha para que os católicos abandonassem a Maçonaria, em 28 de dezembro de 1872 determinou à irmandade do santíssimo sacramento (e às outras da localidade) que expulsasse seus

³BASILE, Marcello Otávio N. de C. Op. cit. p. 227.

⁴*Ultramontanismo ou doutrina ultramontana* era defendida pelo papa Pio IX [...], e que visava a reforçar o poder do papa frente ao clero e mesmo aos governantes de cada país; o *ultramontanismo* postulava a infalibilidade do papa e combatia veementemente as idéias e instituições liberais e racionalistas associadas à secularização e ao anticlericalismo. A maçonaria era um dos principais alvos dessa doutrina, que condenava, assim, as estreitas relações sempre nutridas pelo clero brasileiro com tal sociedade secreta.

⁵CALMON, Pedro. **História Social do Brasil** Espírito da Sociedade Imperial. São Paulo: Martins Fontes, 2002. p. 232.

membros maçons, e, não sendo atendido, lançou um interdito sobre a mesma, ameaçando os maçons de excomunhão.⁶

Combatendo também a maçonaria, e se fundamentando na doutrina do *ultramontanismo* segundo Basile, o bispo do Pará, Antonio de Macedo Costa:

Engajara-se na luta antimaçônica, proibindo, em pastoral de 25 de março, os maçons de continuarem a participar das irmandades e confrarias religiosas, sob pena de serem excluídos do direito à sepultura eclesiástica e da absolvição sacramental, e de serem suspensas tais organizações.⁷

Diante desse contexto, de descontentamento e de repreensão empreendida pelos bispos de Olinda e do Pará em relação à maçonaria, ambos foram retrucados pela irmandade atingida e pelo governo Imperial da seguinte forma segundo Basile:

A irmandade atingida enviou um recurso ao governo provincial, que, por sua vez, o encaminhou ao governo imperial, sob a alçada do Conselho de Estado. Este, em parecer de 23 de maio de 1873, declarou que dom Vital tinha exorbitado de suas atribuições, ao punir a irmandade, cuja constituição orgânica era de competência do poder civil, e, em particular, ao atacar o direito do beneplácito, devendo, portanto, o bispo levantar o interdito.⁸

É de suma importância ressaltar nesse contexto, que pelo regime do Padroado o Imperador D. Pedro II tinha o poder de criar cargos eclesiásticos e de indicar quem ele simpatizasse para ocupá-los, além disso, tinha também, como afirma Basile, “o poder de submeter ao seu parecer as bulas e determinações do papa, que só seriam cumpridas aqui com a permissão imperial”.⁹ Mas, neste caso, o bispo de Olinda não obedeceu à ordem de D. Pedro II, porque não levantou o interdito, – continuou com a ordem de punição aos membros do clero que participavam da maçonaria - ordem dada pelo Imperador como fica claro no exposto abaixo de acordo com Basile:

Este não apenas ignorou a ordem, como estendeu o interdito a outras irmandades, e, em um longo arrojado, voltou a sustentar seu dever de obediência ao papa e a condenar o beneplácito e a decisão do governo chegando a insinuar que o Império era súdito da Santa

⁶BASILE, Marcello Otávio N. de C. Consolidação e Crise do Império. In: LINHARES, Maria Ieda (org.). **História Geral do Brasil**. 9. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990. p. 278.

⁷Ibid., p. 278

⁸Ibid., p. 278

⁹Ibid., p. 277

Sé; e foi bem mais além ao publicar sem a permissão imperial o último breve papal, que reafirmava o combate à Maçonaria.¹⁰

Vê-se, que o bispo de Olinda seguindo as ordens papais e o seu dever clerical desobedeceu à D. Pedro II quando ignorou a ordem que tivera recebido do mesmo, e ao regime do Padroado por ter publicado um documento papal de combate à Maçonaria sem a devida permissão imperial. Em resposta a essa ação, segundo Pedro Calmon “foram presos os bispos transportados para a corte, julgados e condenados, a quatro anos de cárcere”.¹¹

Esse contexto, de desobediência, ao imperador dos bispos de Olinda e do Pará passou a ser visto pelo mesmo e pelo regime do Padroado como uma grande desobediência às leis imperiais como fica bem claro na seguinte fala de Pedro Calmon: “Via-se na desobediência dos bispos, um repúdio das leis do Império e o seu “desprestígio” em face do Padroado, cujo amparo invocaram desprezando a tutela civil”¹².

Diante de tais desavenças, o papa Pio IX e D. Pedro II firmaram um acordo em que segundo Basile, “O Imperador concedeu anistia aos bispos, e o papa em seguida, levantou os interditos contra as irmandades de Olinda e do Pará”¹³. Pode-se perceber aqui que o Estado se sobrepôs à religião, depois de tais controvérsias e de divergências de pensamento entre essas duas instituições: Igreja e Estado. Sendo assim, é evidente pensar que essa questão da Igreja atrelada ao Estado duraria até o fim do Império e que só poderia ser resolvida segundo Basile, “com a laicização do Estado e pela liberdade religiosa, o que por motivos óbvios, não interessava ao governo imperial e nem, tampouco, à Igreja Católica”.¹⁴

Fazendo uma discussão que trata sobre a Questão Religiosa, Emília Viotti da Costa produz uma revisão sobre a História marxista a respeito da crise religiosa e aponta que a questão em estudo não foi tão significativa para a queda do trono e afirma que:

¹⁰ BASILE, Marcello Otávio N. de C. Consolidação e Crise do Império. In: LINHARES, Maria leda (org.). **História Geral do Brasil**. 9. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990. p. 278.

¹¹CALMON, Pedro. **História Social do Brasil** Espírito da Sociedade Imperial. São Paulo: Martins Fontes, 2002. p. 233

¹²CALMON, op. cit., p. 233

¹³BASILE, op. cit., p. 279.

¹⁴ BASILE, op. cit., p.279.

Jamais a Igreja apoiou o trono, nem este jamais buscou seu apoio, e embora os incidentes havidos entre a Igreja e o Trono criassem entre os dois poderes um abismo intransponível, a falta de apoio da Igreja não influiu muito no ânimo do povo cujo catolicismo era débil.¹⁵

Mesmo diante desse pensamento marxista de que a Questão Religiosa não foi tão importante para a queda do Império, é importante notar que, de acordo com a literatura consultada, pode-se ver que a mesma abalou a união que existia entre o Estado e a Igreja, porque alguns membros desta almejando combater a maçonaria desobedeceu às ordens imperiais, e D. Pedro II viu nessa desobediência um ato de lesa-majestade e puniu os envolvidos nesse combate á Maçonaria. Mas, de acordo com Emília Viotti da Costa, esta Questão em estudo não foi assim tão significativa para queda do Império como foi a Questão da Abolição e a Questão Militar, porém, foi um dos descontentamentos que influenciou na crise do Império.

1.2 Uma campanha que abalou as bases da sustentação econômica imperial: dos ideais abolicionistas à lei Áurea

Desde o período colonial até o penúltimo ano do Império a sustentação da economia brasileira se baseou na mão de obra escrava. Muitos países americanos, assim como o Brasil que foram colonizados pelos europeus também tiveram por um determinado tempo a escravidão como base de sustentação de suas economias.

No caso brasileiro, a partir da década de 1860 tem-se início a circulação de ideias com caráter abolicionista, como pode ser visto no seguinte pensamento de Pedro Luís escrito em 1867, encontrado no livro de Pedro Calmon *História Social do Brasil*. Sua idéia sobre a abolição era a seguinte: “O que é a abolição Para o Brasil? É a revolução. Revolução na esfera social, na ordem política, na vida econômica, no terreno administrativo”¹⁶

O sistema escravista estava tão enraizado no seio dos que nele se sustentavam que de acordo com Pedro Calmon “Tocar-se na propriedade servil não era esposar qualquer ideal político, porém ferir a economia nacional nas fontes de sua vitalidade”¹⁷. Era assim que pensava a aristocracia escravocrata.

¹⁵COSTA, Emília Viottida. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**.8. Ed. São Paulo: UNESP. 2007. p. 438.

¹⁶CALMON, Pedro. **História Social do Brasil** Espírito da Sociedade Imperial. São Paulo: Martins Fontes, 2002. p. 235

¹⁷ CALMON, Pedro . Op. cit. p. 235.

Nesse contexto, ainda de acordo com Pedro Calmon, “falar-se antes da Abolição seria como pleitear a expropriação dos bens, o despovoamento da lavoura, as ruínas das fazendas, que cada vez mais, prosperavam e enriqueciam com a mobilização dos trabalhos forçados”.¹⁸

Nota-se na fala de Pedro Calmon o quanto a abastada aristocracia rural dependia do trabalho escravo. Mas essa realidade dos grupos étnicos africanos que foram traficados e vendidos no Brasil para a elite rural canavieira e cafeeira com a finalidade de sustentar suas riquezas começaria a sofrer pequenas modificações com o surgimento de leis abolicionistas. Mas, é com a campanha abolicionista empreendida por intelectuais jornalistas, poetas, escravos e ex-escravos que lutaram na guerra do Paraguai e até mesmo pelos fazendeiros dinâmicos do oeste paulista que a possibilidade do fim da escravidão ganha força e vitalidade.

Sobre esse assunto é importante nos reportarmos ao que fala Basile:

Os acanhados efeitos da Lei do Ventre Livre só fizeram crescer e intensificar a campanha abolicionista. Multiplicaram-se por todo o país os jornais e clubes do movimento, assim como os comícios e conferências, onde, além da propaganda feita arregimentavam-se novos militantes e arrecadavam-se donativos¹⁹.

Tendo assim o movimento ganhado força, em 1883 foi “fundada a Confederação Abolicionista, presidida por João Clapp, no intuito de dar uma unidade ao movimento, consagrando as associações e clubes espalhados por todo o país”²⁰. Essa Confederação era formada por homens intelectuais como André Rebouças, Bittencourt Sampaio, Aristides Lobo José do Patrocínio, e muitos outros.

Diante de tanta mobilização e de crescimento de forças antiescravocratas, o movimento abolicionista expandiu-se pelo norte do Brasil, chegando até a província do Ceará, onde todos os escravos foram libertos²¹. Quando isso aconteceu, essa província passou a receber os cativos fugitivos, que tinham suas fugas empreendidas pelos intelectuais abolicionistas, como pode ser visto na fala de Pedro Calmon abaixo:

¹⁸ Ibid., p. 236

¹⁹ BASILE, Marcello Otávio N. de C. Consolidação e Crise do Império. In: LINHARES, Maria Ieda (org.). **História Geral do Brasil**. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990. p. 285.

²⁰ Ibid., p. 285

²¹ Sobre esse assunto ver Pedro Calmon, *História Social do Brasil: espírito da sociedade imperial*. p. 240-241.

Empreendeu-se uma aventura generosa, provocante, romanesca: a fuga dos escravos promovidas pelos agentes abolicionistas, e ao seu encaminhamento para o ceará, onde desembarcavam as jangadas, numa simulação de rapto redentor, de réplica novelesca à nefanda instituição.²²

Vê-se aqui uma participação dos abolicionistas na fuga dos cativos, e nesse contexto, se desenvolveu a ideia de que as fugas não eram ilícitas e muito menos quem fosse cúmplice dessa empreitada. Foi diante desses fatos que no senado Dantas propôs que a abolição se desse em um prazo de cinco anos, e também as autoridades policiais e de justiça se recusaram a castigar os fugitivos, além do exército que também se recusava caçar os cativos que se escondiam. Tal fato pode ser visto na citação abaixo:

Por toda a parte os núcleos abolicionistas desenvolveram a ideia, de que não constitui mais um delito a cumplicidade na fuga do escravo: enquanto, em 1886, Dantas, no senado propunha que se desse o prazo de cinco anos para a abolição, em São Paulo os negros evadidos se refugiavam na serra do Cubatão. Vários juízes e chefes de polícia se recusavam a aplicar os velhos castigos aos desobedientes, e no clube militar, em 25 de outubro de 1887, proclamou a resolução, de não intervir o exército na caça aos “cativos” foragidos.²³

Sobre esse mesmo contexto abolicionista Emília Viotti da Costa também se posiciona com o mesmo pensamento:

O movimento abolicionista tornou-se irresistível nas áreas cafeeiras, onde quase dois terços da população escrava estava concentrada. Com uma nova consciência de si mesmos e encontrando apoio em segmentos da população que simpatizavam com a causa abolicionista, grandes números de escravos fugiam das fazendas. A escravidão tornou-se uma instituição desmoralizada.²⁴

Vê-se que o movimento abolicionista crescia a passos largos e ganhava adeptos ao mesmo tempo em que a escravidão se tornava decadente como afirma Emília Viotti da Costa, que: “Quase ninguém opunha-se à ideia de abolição, embora alguns reivindicasse que os fazendeiros deviam ser indenizados pela perda de seus escravos”²⁵.

²² CALMON, Pedro. Op. cit. .p. 241.

²³ Ibid., p. 241

²⁴ COSTA, Emília Viotti da. Op. Cit.. p. 364.

²⁵ COSTA, Emília Viotti da. Op. cit.. p. 364.

Em março de 1888, no ápice da campanha abolicionista, quando D. Pedro II se encontrava em viagem à Europa para tratamento de saúde, a princesa Isabel regente do trono imperial, consente em sete de março de 1888, a João Alfredo, conservador, mas, favorável à abolição, a missão de organizar um novo gabinete. Nessa ocasião, este, segundo Basile,

Apresentou à Assembléia Geral um projeto que propunha a Abolição imediata mediante indenização, e na condição de permanecerem os libertos trabalhando até a passagem da safra e de se fixarem por seis anos no município em que estivessem estabelecidos²⁶.

Porém, a bancada abolicionista, que já era maioria não estava disposta a mais alongamentos, e por conta disso, Ferreira Vianna, ministro da justiça, monarquista, porém, abolicionista, encaminha um novo projeto de lei ao parlamento que segundo Basile era “[...] composto de apenas dois artigos, o primeiro declarava extinta a escravidão no Brasil e o segundo revogava as disposições em contrário. [...]”.²⁷ E foi através deste decreto que em 13 de maio de 1888, o projeto transformou-se na Lei Áurea, assinada pela regente imperial princesa Isabel.

Foi diante das pressões abolicionistas que a princesa Isabel assinou a Lei Áurea, lei esta, que decretou a libertação do trabalho escravo no Brasil. O sonho dos agora libertos fora realizado e os ideais almejados pelos abolicionistas também, porém, os ex-cativos, segundo Basile, “[...] foram abandonados a própria sorte, sem receberem qualquer tipo de assistência. O próprio movimento abolicionista desmobilizou-se logo em seguida, e não mais se preocupou com o destino daqueles por quem tanto lutaram [...]”²⁸

A assinatura da Lei Áurea foi um ponto crucial para levar o Império à uma grande crise política e econômica. Política porque segundo Emília Viotti da Costa “As classes escravagistas, os fazendeiros de café e alguns de engenho abandonaram o Imperador e se puseram contra a monarquia depois da abolição”,²⁹ e, econômica porque eram os ex-escravos a sustentação do trabalho dos senhores donos das fazendas de café, principalmente os decadentes do oeste Paulista.

²⁶BASILE, Marcello Otávio N. de C. Consolidação e Crise do Império. In: LINHARES, Maria leda (org.). **História Geral do Brasil**. 9. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990. p. 285.

²⁷Ibid., p. 288.

²⁸Ibid., p. 290. Sobre as condições de vida dos ex-escravos no Brasil pós abolição e nas primeiras décadas da República Velha, ver Sidney Shaullob, Trabalho, Lar e Botequim.

²⁹COSTA, Emília Viotti da. Op. cit. p. 438.

Sendo assim, de acordo com Emília Viotti da Costa “[...] a abolição enfraqueceu a elite agrária e destruíram as oligarquias [...] “abolida a escravidão estava extinta a monarquia”³⁰, e assim, o movimento abolicionista juntamente com a lei Áurea foram fatores decisivos que resultaram na configuração de crise por qual passou o Império Brasileiro em seus últimos anos.

1.3 Uma declaração que gerou um confronto entre os militares e o governo imperial

Todo e qualquer Estado-Nação possui uma identidade, um governo, leis, sua própria moeda e seu próprio exército, com o Brasil não seria diferente, e, seu exército foi formado logo após a independência. Esta importante instituição militar esteve envolvida em uma série de conflitos na década de 80 do século XIX com o governo imperial, conflitos estes, culminaram por gerar a Questão Militar que muito influenciou na derrocada do Império e na instalação da República, segundo Emília Viotti da costa “a perda do apoio militar”³¹ foi a terceira causa imediata que provocou a queda do Império.

A situação em que se encontrava o exército nesse contexto de conflitos com o governo imperial era a seguinte segundo Basile:

Após a vitoriosa campanha na Guerra do Paraguai, o Exército se modernizou, adquiriu grande prestígio social e imbuu-se de espírito de corpo. Mas, ao mesmo tempo em que reivindicavam maior espaço político, os oficiais militares (em grande parte oriundos dos extratos médios urbanos), sentiam-se desprezados pela coroa, em vista dos baixos salários, do não pagamento das pensões, das promoções lentas e injustas, da drástica redução dos efetivos e do corte percentual do orçamento militar³².

É possível notar que o exército apesar de ter se modernizado e ganhado prestígio após ter lutado incansavelmente na Guerra do Paraguai, era muito desvalorizado pelo Império brasileiro, e, foi nessas condições que essa instituição começou a se posicionar com ideias que desagradavam ao governo Imperial, como pode ser visto na citação abaixo segundo Basile:

³⁰COSTA, Emília Viotti da. Op. cit. 421-422.

³¹Ibid, p. 438.

³²BASILE, Marcello Otávio N. de C. Op. cit. p. 279.

[...] paralelamente, as propagandas republicana e, sobretudo, abolicionista difundiram-se pelos quartéis [...] No início da década de 1880, jornais como *O Soldado* e a *Tribuna Militar*, publicados na Corte pela oficialidade do Exército, defendiam, além das reformas corporativas, a abolição da escravidão, a imigração, o incentivo às indústrias, a construção de ferrovias, o sufrágio universal, e já apareciam, em suas páginas, ideias revolucionárias³³.

Foi nesse clima de inquietação e de ideias contrárias à corte que os militares se envolveram em alguns conflitos com D. Pedro II, conflitos esses que adquiriram maiores proporções e que ficou conhecido como a Questão Militar. Sobre o início dessa Questão Militar afirma Celso Castro, conforme a citação abaixo:

O motivo que iniciou a Questão foi a repreensão feita pelo governo a dois oficiais do Exército, os coronéis Cunha Matos e Sena Madureira, por declarações feitas na imprensa. O marechal Manuel Deodoro da Fonseca, comandante das Armas e presidente em exercício do Rio Grande do Sul, logo foi envolvido, pronunciando-se a favor dos dois oficiais³⁴.

Esses dois oficiais do Exército, de acordo com a literatura consultada, eram a favor da Abolição da escravidão, e as declarações feitas pelos mesmos na imprensa eram de cunho abolicionista, porém, o Imperador desde 1859 já havia proibido através de “avisos” os membros do Exército de se envolverem na imprensa com questões políticas e militares, mas, mesmo assim, os dois coronéis de nomes presentes na citação acima, envolvidos pelos ideais de reformas e de desenvolvimento terminaram por não obedecer aos “avisos” do Imperador e declararam-se perante a imprensa serem favoráveis à abolição.

Esse assunto relacionado ao início da Questão Militar converge com o pensamento de Pedro Calmon abaixo:

A crise foi aberta com a punição dos militares que, pela imprensa, se declaravam abolicionistas, desenvolveu-se num ambiente de interesses inconciliáveis. De um lado o governo civil, habituado à índole legalista do regime, à imobilidade das forças armadas, e à sua silenciosa obediência, estranhava com altivez aquela intranquilidade; do outro lado, era o Exército que começava a detestar, em vozes altas, os “casacas”, os homens de chapéu de pêlo, os políticos, que considerava provocadores³⁵.

³³ BASILE, Marcello Otávio N. de C. Op. cit p. 279.

³⁴ CASTRO, Celso. **A proclamação da República**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2000. p.28.

³⁵ CALMON, Pedro. Op. cit. p. 256-257.

O Exército não era mais o mesmo. Não era mais aquela instituição que obedecias às ordens imperiais através de “avisos”, este, como já foi mencionado havia se modernizado, adquirido novos ares e novas posturas em relação ao poder monárquico. De acordo com Emília Viotti da Costa, segundo a visão das novas perspectivas historiográficas sobre o tema em questão, o Exército passou a representar [...] “um novo grupo social que se opunha aos interesses das elites agrárias”³⁶, mas, é necessário zelar por certo cuidado, ao pensar sobre o Exército como um todo, porque no interior dessa instituição existia certa heterogeneidade, conforme afirma Emília Viotti da Costa.

[...] a massa dos soldados era recrutada entre a parte mais pobre da população e se constituía de negros, mulatos e mais raramente de brancos. Enquanto isso, os oficiais provinham da classe média, eram filhos de oficiais ou pertenciam à aristocracia rural. O desnível social impedia que o Exército formasse uma unidade, por isso é impossível falar no pensamento do Exército como se ele agisse e pensasse como um todo. De major para cima, a maioria das patentes era favorável à Monarquia, enquanto os escalões inferiores inclinavam-se para a República³⁷.

Retornando aos incidentes que geraram a Questão militar, de acordo com Celso Castro, “várias reuniões de oficiais ocorreram e, com isso, a Questão passou a se configurar, cada vez mais como um confronto entre militares e governo, e não mais como um caso isolado de indisciplina ou de perseguição política³⁸”.

Ainda considerando Celso Castro, “Cunha Matos e Sena Madureira foram repreendidos pelo governo e Deodoro terminou exonerado das funções que exercia sendo transferido para o Rio”, porque se manifestou a favor dos dois oficiais.

Concomitante a essa repreensão, de acordo com Pedro Calmon “um simples incidente policial motivou – porque assim queria a princesa regente – a queda do gabinete de Cotegipe”³⁹, sendo este sucedido pelo gabinete do Visconde de Ouro preto.

Nesse contexto segundo Celso castro “O novo ministro comunicou que as notas de repreensão seriam canceladas, tão logo os atingidos solicitassem. Com

³⁶COSTA, Emília Viotti da. Op. cit. p. 421.

³⁷ Ibid, p. 439.

³⁸CASTRO, Celso. Op. cit. p. 28-29.

³⁹CALMON, Pedro. Op. cit. p. 257.

isso Deodoro deu por encerrada a Questão Militar”.⁴⁰ Porém, esta se prolongaria por mais tempo, porque os dois oficiais que foram punidos se recusaram a solicitar o cancelamento das notas de repreensão e por isso foram censurados por Benjamin Constant da seguinte maneira “Os senhores são uns turbulentos que querem a República; devem requerer o trancamento das notas”. Madureira respondeu com veemência, concluindo: “cortem-me a mão, mas não requeiro”. Diante desse acontecido Deodoro voltou atrás de sua posição em dar por encerrada a Questão.

Celso castro se reporta ao fim da Questão Militar quando o senado em 20 de maio de 1887 se articulou para aprovar uma proposta que convidava o governo a realizar o cancelamento das notas. Com isso estava encerrada a Questão Militar, e, ainda de acordo com Celso castro, “pela primeira vez na História Brasileira, grupos de militares haviam firmado publicamente e com força a existência de uma classe militar opondo-se aos atos do governo.

Foi a partir da Questão militar, segundo Emília Viotti da Costa que [...] “em virtude do descontentamento crescente dos militares em relação ao tratamento que lhes dispensava o governo, levou-os a tramar o golpe de 15 de novembro que derrubou a monarquia e implantou o regime republicano no país”⁴¹.

Portanto, diante desse contexto de crise em que se encontrava o regime imperial brasileiro, por ter se envolvido em questões com importantes setores da sociedade que eram considerados suporte do trono, emerge a partir de 1870, uma classe de intelectuais envolvidos com ideais republicanos, e que empreenderam através de seus ideais e de seus pensamentos uma campanha a favor da mudança de regime político no Brasil e ficaram conhecidos como os propagandistas da República, assunto que será abordado no capítulo que se segue.

⁴⁰CASTRO, Celso. Op. cit. p. 30

⁴¹ COSTA, Emília Viotti da. Op. cit.. p. 449.

CAPÍTULO II

AS IDÉIAS EM MOVIMENTO NA CRISE DO BRASIL IMPÉRIO

A partir de 1870, começa a se espalhar por todo o Brasil, e, de forma mais intensa nas províncias do Sul, o movimento formado por sujeitos que ficaram conhecidos como os membros que participavam do grupo dos intelectuais da geração de 1870, parte desse movimento compunha-se, de intelectuais que eram favoráveis à República como forma de governo, como é o caso de Quintino Bocaiúva e Silva Jardim, por exemplo, os militares, principalmente, os que faziam parte das patentes mais baixas e os membros do Movimento e do Partido Republicano que incansavelmente através de seus discursos persuasivos, chamavam a atenção dos sujeitos de seu tempo para a mudança de sistema político de governo no Brasil.

Sendo assim, o intuito desse capítulo é conhecer as ideias dos intelectuais propagandistas da república, que circulavam pelo Brasil, concomitantemente à crise em que o Império se envolveu em suas últimas décadas, que culminou com sua derrocada e com a implantação de um novo sistema de Governo: a República Federativa.

2.1 A Intelectualidade de 1870

De acordo com Angela Alonso “o movimento intelectual da geração de 1870 surgiu em meio à desagregação da ordem política imperial,¹ esse movimento representa uma das manifestações de contestação ao *status quo* imperial e reuniu membros de vários setores da sociedade imperial interessados em mudanças políticas e sociais.

Na citação abaixo está descrita a conjuntura política em que surgiu o movimento intelectual de 1870, segundo Angela Alonso:

A conjuntura em que o movimento intelectual da geração de 1870 surge é um processamento político de uma mudança estrutural: os fundamentos coloniais da formação social brasileira, a forma patrimonial do estado e o regime de trabalho davam sinais de

¹ALONSO, Angela. **Ideias em movimento** a Geração de 1870 na crise do Brasil Império. São Paulo: Paz e terra, 2002. p. 40.

desagregação. E um momento crucial da História brasileira, similar à França sob a Monarquia de julho e ao México do Porfiriato, no qual estava em jogo a definição do tipo de democracia que cada país seria capaz de construir e do modo como lidaria com a herança do *ancient regime*.²

Foi em meio à conjuntura de crise política e de modernização que tomou corpo o movimento intelectual da geração de 1870, os membros dessa geração segundo Ângela Alonso [...] “não tem perfil homogêneo; não se prestam á operação; de reduzi-los a uma única posição social. O movimento intelectual não representa exclusivamente nem a nova sociedade nem grupos decadentes”³, como pode ser visto no trecho abaixo,

Havia uma enorme variedade de origens sociais: filhos de profissionais liberais urbanos, como medições e professores; de pequenos comerciantes; de burocratas, como inspetores de alfândega; de magistrados; de oficiais do exercito; de concessionários de serviços públicos, como tipógrafos. Além deste mundo urbano, havia filhos de pequenos lavradores, de estancieiros e, mesmo, de grandes proprietários. Havia descendentes diretos da linhagem de estadistas do Império como imigrantes recém-chegados e, mesmo, filhos de vigários de paróquia⁴.

É notável que essa intelectualidade de 1870, era formada por um grupo bem heterogêneo, formado por sujeitos filhos de pessoas com profissões desenvolvidas tanto nas cidades como no campo, como é o caso dos filhos dos profissionais urbanos como dos filhos dos lavradores, sendo assim, essa diversidade de classes sociais envolvidas em um mesmo movimento transparece uma ideia de que as diferentes classes sociais lutavam pela mudança de regime político do Brasil, e isso pode ser esclarecido ao observarmos a campanha do movimento que segundo Angela Alonso “foi duplamente dirigido: buscando legitimação para seus programas de reforma, falou tanto à elite política, reclamando mudanças pelas vias institucionais, quanto aos grupos sociais por eles marginalizados”⁵.

Sobre a estrutura interna do movimento formado pelos intelectuais a partir de 1870 Angela Alonso afirma que:

² ALONSO, Angela. **Op. cit.** p. 41.

³Ibid, p. 97.

⁴Ibid, p. 161.

⁵Ibid, p. 41.

Pode ser descrita como um conjunto de círculos concêntricos em progressivo afastamento em relação a este núcleo da estrutura estamental do império e de suas instancias de poder. Mas junto ao centro estavam as dissidências liberais: os novos liberais e os liberais republicanos. Nas zonas periféricas ficavam dois novos gêneros de agrupamento político-intelectuais que ganharam visibilidade ao longo dos anos 1870. No extremo localizavam-se grupos dotados de recursos sociais e econômicos próprios, advindos de atividades não controladas pelo estamento imperial, mas sem acesso ao núcleo do sistema político: os federalistas científicos do Rio Grande do Sul.⁶

O trecho acima demonstra que o movimento intelectual de 1870 era formado por diversos estratos sociais, que ocupavam variadas posições nos lugares sociais onde estavam inseridos. Percebe-se através da citação que cada grupo possuía um lugar no movimento, isso transparece a ideia de que os envolvidos estavam mobilizados no debate que contestava a ordem vigente do *status quo* do regime imperial.

2.1.1 Os Intelectuais Republicanos

De acordo com Emília Viotti da Costa, “Aos olhos dos republicanos, a monarquia era o regime de corrupção e de arbítrio, de violência e de injustiças e, sobretudo do governo do poder pessoal, direcionário e alheio aos interesses do povo”,⁷ foi pensando voltado para esse viés que os intelectuais defensores do republicanismo e ligados à geração de 1870, empreenderam uma campanha contrária ao *status quo* vigente no Segundo Império brasileiro. Durante essa campanha republicana, seus organizadores e defensores proferiram discursos que tinham como objetivo persuadir e iludir as pessoas a também se tornarem a favor da República e criarem um sentimento de repúdio ao regime imperial de D. Pedro II.

A respeito desse contexto, de ideais republicanas em movimento na sociedade imperial, José Murilo de Carvalho afirma que “a república na voz de seus propagandistas mais radicais como Silva Jardim e Lopes Trovão, era apresentada

⁶ALONSO, Angela. Op. cit.. p. 100.

⁷COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**.8. Ed. São Paulo: UNESP. 2007. p. 349.

como a irrupção do povo na política, na melhor tradição da Revolução Francesa de 1789, a “Revolução adorada”, como a chamava Silva Jardim”⁸.

Nesse período de circulação de ideais republicanos, seus defensores escreviam e publicavam matérias e manifestos com o intuito de instigar os seus leitores a aderirem à causa republicana, entre esses escritos, pode-se citar segundo Celso castro, os de Lauro Sodré⁹ que “foi o redator de um Manifesto Republicano em 1886, no qual afirma que o objetivo é a eliminação da realeza, que para nós representa a causa do nosso atraso”.¹⁰ Vê-se, nessa citação como a realeza é atacada e tida como a responsável por um “atraso”, termo presente na fala do propagandista republicano e visto pelo mesmo como uma responsabilidade do imperador.

Assim como Lauro Sodré, Ferreira Vianna¹¹ outro propagandista da República, também se articulou diante das ideias em movimento nos últimos anos do Império, este, segundo R. Magalhães Júnior juntamente com Quintino Bocaiúva,

Fundou um pequeno jornal A Hora, cuja tendência era nitidamente republicana. [...] foi em São Paulo que, que ainda acadêmico, iniciou sua vida de político e de planfetério, com a publicação de A Fusão. [...] As Ideias desse panfleto fazia um paralelo da conciliação dos partidos, na França, com a conciliação no Brasil iniciada um ano anterior.[...]¹²

Conforme a citação acima percebe-se, que Ferreira Vianna começara a se engajar na vida política contestatória ao poder imperial quando ainda era acadêmico, e, através de panfletos expelia suas ideias republicanas, que de acordo com a escrita acima, eram baseadas na História dos partidos políticos da França, visto que, o mesmo fazia um paralelo da conciliação entre os partidos políticos franceses e entre os partidos brasileiros.

⁸CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p.11.

⁹Lauro Sodré foi militar, político e líder republicano brasileiro. A partir de 1877 teve como mestre o republicano Benjamim Constant que o levou a abraçar a causa da República e a doutrina positivista de Comte.

¹⁰CASTRO, Celso. **A proclamação da República**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2000. p. 24.

¹¹Antônio Ferreira Viana (1833 1903), magistrado, jornalista e político brasileiro. Foi deputado, presidente da câmara municipal, ministro da Justiça e do Império. Fundou e dirigiu, com Andrade Figueira, o jornal *A Nação* e depois da Proclamação da República, colaborou com o jornal *Paiz*, com o pseudônimo *Suetônio*, escrevendo uma série de artigos sobre o antigo regime.

¹² MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. **Três Panfletários do Segundo Reinado**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2009. p. 212.

Como adepto do sistema republicano, Ferreira Vianna atacou ferozmente o poder imperial, em discurso proferido na câmara dos deputados se referindo ao Reinado Brasileiro e ao seu rei. Segundo Anfrísio Fialho, usando os seguintes termos: *“Quarenta anos de Reinado, quarenta anos de mentira, de perfídias, de prepotência e de usurpação! Cesar caricato”*¹³. Nota-se o quanto o autor dessa oração, critica o reinado em vigência no Brasil, foram essas críticas que fizeram com que o mesmo tenha se tornado um dos representantes da intelectualidade de 1870 a lutar contra o Império no Brasil em defesa de um novo sistema, o que regia as outras nações americanas: a República.

Outro favorável ao sistema político Republicano foi Silva Jardim¹⁴, tido por José Murilo de Carvalho como um dos mais radicais propagandistas da República, essa figura segundo Emília Viotti da Costa,

Com a intenção de demonstrar a falta de prestígio da monarquia, [...] durante uma viagem que o conde D’Eu fez ao norte do país [...] embarcou no mesmo navio, com o intuito de promover a propaganda republicana, recebendo por toda a parte os aplausos que o povo negava ao príncipe.¹⁵

É fácil notar diante dessa citação que Silva Jardim tenha escolhido viajar no mesmo navio que o marido da princesa Isabel, como uma maneira de aproveitar esse ensejo para desmoralizar o Império diante dos viajantes da embarcação, inclusive diante de seu herdeiro, e, como os brasileiros não simpatizavam com o conde D’Eu e Silva Jardim, como já foi mencionado era um propagandista radical, terminou chamando a atenção do público do navio com seu discurso republicano, recebendo os aplausos que o povo se negava a dar ao príncipe. Outro meio que Silva Jardim utilizou para divulgar a campanha republicana segundo Pedro Calmon, foi sair “pelas cidades do interior, a conclamar a necessidade de, por qualquer meio, derrubar a coroa”¹⁶.

¹³FIALHO, Anfrísio. **Processo da Monarquia Brasileira Necessidade da Convocação de uma Constituinte**. Rio de Janeiro: Typographia da Gaaseta de Notícias, 1885. P. 5.

¹⁴Antônio da Silva Jardim (1860-1891) foi ativista político brasileiro. Em 1888, com a crise do império, participa de comícios em prol da República. Por sua iniciativa pessoal, realizou em Santos, em 28 de janeiro, o primeiro comício republicano do país. A partir de então e até o fim de 1889, dedicou-se à campanha republicana. Percorreu diversas cidades fluminenses, paulistas e mineiras para divulgar o novo regime político e promoveu, também no Rio de Janeiro, numerosos comícios.

¹⁵COSTA, Emília Viotti da. Op. cit.. p.391.

¹⁶ CALMON, Pedro. **História Social do Brasil** Espírito da Sociedade Imperial. São Paulo: Martins Fontes, 2002. p. 256.

Assim como os já citados, Lauro Sodré, Ferreira Vianna e Silva Jardim, outro que participava do grupo dos propagandistas da República era Quintino Bocaiúva¹⁷, que segundo José Murilo de Carvalho,

Representava em 1889 a propaganda republicana inaugurada com algum estardalhaço pelo manifesto de 1870, redigido em grande parte por ele. Em maio de 1889, durante o Congresso Republicano Federal realizado em São Paulo, Quintino fora eleito chefe do Partido republicano Brasileiro, posição que lhe dava representação dos republicanos paulistas e de outras províncias. Por essa razão, embora houvesse divergências dentro do partido quanto aos métodos a serem empregados para a mudança do regime, a 15 de novembro ele representava todos os propagandistas civis.¹⁸

Vê-se na escrita acima a tamanha importância desse intelectual conhecido por Quintino Bocaiúva no cerne da movimentação das ideias republicanas, tanto em São Paulo como em outras províncias brasileiras. Seu prestígio é oriundo da sua participação na redação do Manifesto republicano de 1870, e também, por ter sido eleito chefe do Partido Republicano Brasileiro, e, por ter participado ativamente da campanha antimonarquista.

Alguns desses intelectuais propagandistas do regime que passaria a reger o Brasil a partir de 15 de novembro de 1889, também se posicionaram perante a Questão religiosa, ao Movimento Abolicionista e à Questão Militar, que conforme foi visto no primeiro capítulo deste trabalho, de acordo com a leitura consultada, foram os três principais fatos que levaram o Império à crise em seus últimos anos.

Segundo Emília Viotti da Costa, “Os republicanos, como os demais, estiveram divididos em face da questão religiosa: uns eram favoráveis aos maçons, outros aos bispos, e por isso, indiretamente, os primeiros apoiavam a política do governo”¹⁹.

Outro intelectual da época da geração de 1870 foi Joaquim Nabuco²⁰, grande defensor da Abolição da escravidão no Brasil. De acordo com Emília Viotti da Costa, este abolicionista, “Em julho de 1889, poucos meses antes da proclamação

¹⁷Quintino Bocaiúva, (1836-1912), *político e jornalista brasileiro foi um dos articuladores mais importantes da Proclamação da República.*

¹⁸CARVALHO, José Murilo de. **A Formação das Almas: O imaginário da República no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 49.

¹⁹COSTA, Emília Viotti da. Op. cit. p. 458.

²⁰Joaquim Nabuco se opôs de maneira veemente à escravidão, contra a qual lutou tanto por meio de suas atividades políticas e quanto de seus escritos. Fez campanha contra a escravidão na Câmara dos Deputados em 1878 e fundou a sociedade Antiescravidão Brasileira, sendo responsável, em grande parte, pela Abolição em 1888.

da república, [...] observando a agitação que dominava o país, dizia na câmara dos deputados, que a força dos republicanos provinha do descontentamento causado pela abolição”²¹. Por ter sido um ferrenho antiescravista e participado ativamente do movimento que lutava pela liberdade dos escravos, Joaquim Nabuco passou a pensar que a força dos republicanos era oriunda do descontentamento das classes que dependiam do regime escravista e que tiveram seus cativos libertos.

O envolvimento com a classe militar para a implantação da República foi discutido entre os que propagavam a República, conforme pode ser visto na citação abaixo de José Murilo de Carvalho,

A aliança com os militares para implantar a república fora discutida entre os propagandistas. Quintino Bocaiúva era quem mais defendia tal alternativa. Ele próprio confessou que não se dispunha a ir para a rua sem o “botão armado”: “sem a força armada do nosso lado, qualquer agitação de rua seria um só ato de loucura [...] mas principalmente uma derrota antecipada”. Era por isso mesmo, chamado de militarista nos círculos republicano. Outro que aceitava a colaboração era Francisco Glicério, que Campos Sales enviou ao Rio ao ser avisado por Aristides Lobo dos planos conspiratórios.²²

Os propagandistas Quintino Bocaiúva e Francisco Glicério, conforme citados no exposto acima, eram favoráveis à participação militar no movimento de passagem da monarquia para o Império, porque temiam que ausência do apoio militar os deixassem vulneráveis para enfrentar as tropas imperiais que possivelmente iriam repreender qualquer tipo de movimento contrário à monarquia. Porém, apesar desses que eram favoráveis à participação militar, outros se posicionavam de forma contrária como se vê na citação que se segue.

Havia os que discordavam da alternativa, seja por defenderem a implantação da República pela via revolucionária, pela revolta popular, caso de Silva Jardim, seja por a desejarem pela revolução pacífica como Américo Brasiliense, Bernardino de Campos, Saldanha Marinho e talvez a maioria dos republicanos paulistas.²³

É notável uma divergência de ideias entre os disseminadores do republicanismo no que se refere à participação da classe militar como apoio ao sistema de governo desejado, porque pensavam – principalmente Silva Jardim - que a República deveria ser implantada através de uma revolta popular visto que, este

²¹COSTA, Emília Viotti da. Op. cit., p. 456.

²²CARVALHO, José Murilo de. Op. cit. 1990. p. 49.

²³Ibid., p. 49.

era adepto dos ideais da Revolução Francesa e por isso, juntamente com outros republicanos defendiam que a passagem do Antigo Regime ocorresse pelas vias de uma revolução com a participação popular.

2.1.2 Os Intelectuais Militares

A classe dos militares também fez parte do grupo dos propagandistas da República, uma vez que, jovens de províncias do Norte do país durante o século XIX se dirigiam à Capital do Império com o intuito de ingressar nas escolas militares, porque estas eram vistas como uma oportunidade de ascensão social. De acordo com Celso Castro, “durante todo o império, a escola militar foi o único estabelecimento superior efetivamente gratuito. Dessa forma, representava uma rara oportunidade de ascensão social para os jovens oriundos de famílias mais modestas”²⁴. Quando esses jovens chegavam ao Rio de Janeiro, eles entravam em contato com as ideias republicanas em constante circulação nas províncias do Sul do país, e, influenciados por seu meio social onde ocorriam constantes debates envolvendo a temática da mudança de sistema de governo, esses jovens terminavam por se tornarem também defensores do regime republicano como forma de governo no Brasil.

Segundo Celso Castro, grande parte dos estudantes militares eram oriundos de províncias menos desenvolvidas e ao chegarem às escolas militares do Rio de Janeiro passavam tanto por um deslocamento espacial quanto cultural, conforme pode ser visto na citação abaixo.

Para a maioria dos estudantes militares, que vinha das províncias menos desenvolvidas do país, chegar à Corte pela primeira vez implicava não apenas um deslocamento espacial, mas principalmente cultural. Ocorria o contato com um grupo social distinto: mais “moderno”, “adiantado” e “veloz”, a fazer contraste com um tempo mais ‘lento “e atrasado, quase ainda colonial, das províncias²⁵.

Esses jovens ao saírem de sua terra natal entrava em contato com outros ares, com um grupo social diferente daqueles das suas regiões provincianas, que ainda possuíam características coloniais, porque as mudanças na mentalidade da

²⁴ CASTRO, Celso. **A proclamação da República**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2000. p. 20.

²⁵Ibid., p. 13.

sociedade, as mudanças espaciais e o progresso só chegavam à essas regiões provincianas tempos depois de terem chegado à corte e às províncias mais desenvolvidas do sul do país, sendo assim, segundo Celso castro, “Afastados da terra natal, ao ingressar na Escola Militar esses jovens passaram a ter como grupo básico de referência não mais suas famílias e sim os outros alunos, entre os quais se desenvolveria intensa convivência cotidiana”²⁶. É a partir desse momento de envolvimento com uma convivência diferente da sua antiga convivência provinciana que esses jovens irão formar uma nova mentalidade cultural baseada nas ideias que se encontrava em movimento no seu novo lugar social.

A citação abaixo extraída do livro de Celso castro *A Proclamação da República*, demonstra de forma bem clara como se dava o convívio entre os jovens das escolas militares, como era formada a identidade dos mesmos e qual a mentalidade em que se inspiravam para se posicionar perante o debate que se construía a respeito da mudança de regime político.

As interações com os colegas nos trotes, nos momentos de lazer, nos alojamentos e em diversas associações recreativas e literárias criadas e mantidas pelos próprios alunos contribuíam em grande parte para a construção da identidade social dos jovens formados na Praia vermelha. Outros dois poderosos elementos de coesão social eram a mentalidade cientificista predominante na cultura escolar e a importância dada ao mérito pessoal. Esses elementos culturais orientaram a ação política que levou ao fim a monarquia e à instauração de um regime republicano no Brasil²⁷

Por estarem envolvidos em um local de construção de conhecimento cuja cultura escolar predominante era o cientificismo²⁸ e a importância dada ao mérito pessoal, elementos que orientavam a política que levou a monarquia ao fim torna-se justificável que esses jovens tenham assim como os intelectuais adeptos do republicanismo se engajado também na campanha Republicana, porque eram influenciados para isso dentro do seu ambiente de estudo e de contato com o conhecimento.

Esses jovens que se deslocavam na maioria das vezes das províncias do Norte e do Nordeste juntamente com os que já eram do das províncias do Sul,

²⁶ CASTRO, Celso. Op. cit. 2000. p.13.

²⁷Ibid., p. 14.

²⁸O Cientificismo foi uma escola de pensamento do século XIX que aceitava apenas a ciência empiricamente verificável como fonte de explicação de tudo que existe. Assim, o termo tem sido aplicado para descrever a visão de que as ciências formais e naturais têm primazia sobre outros campos de pesquisa, tais como as ciências sociais ou humanas.

formaram um grupo nas escolas militares que ficou conhecido como “Mocidade Militar”, justamente por serem jovens ganharam essa denominação. Segundo Celso Castro, “Muito do que mais intensamente se discutia nas revistas e reuniões dos alunos não fazia parte do currículo nem era ensinado pelos professores”²⁹. Sendo assim, pode-se pensar que a mentalidade da Mocidade Militar era formada tanto dentro como fora dos quartéis sendo que o que os debates realizados fora dos quartéis eram mais intensos, por isso se formou em pleno interior do Exército um grupo favorável ao regime republicano que é vista por Celso Castro como “propagandista da conspiração republicana no interior do Exército”³⁰.

Sobre essa socialização informal de ideias afirma ainda Celso castro que:

Na escola militar, a socialização informal que ocorria fora das salas de aula, comandada pelos próprios alunos, foi muito mais importante para a formação da mentalidade de característica da “Mocidade Militar” do que aquilo que se aprendia com os professores³¹.

Para Celso castro, “a mocidade militar era um grupo relativamente homogêneo em termos de experiências profissionais e de valores”³², porque ainda era um grupo formado por jovens estudantes prestes a iniciar sua carreira no Exército, e, para eles “[...] a República se tornou um ideal, um objetivo, uma esperança”³³. Sendo assim, pode-se pensar que a mocidade militar via a República como algo novo e como uma esperança de mudança para o país.

Sobre o republicanismo defendido pela Mocidade Militar afirma Celso castro:

Era oriundo da valorização simbólica do mérito individual sobre a cultura cientificista hegemônica entre os alunos e jovens oficiais “científicos”. As últimas décadas do século XIX viram a aproximação cada vez mais estreita entre o “culto da ciência” e o republicanismo.³⁴

Essa citação esclarece que o republicanismo da mocidade militar se baseava em valores individuais alcançados mediante o conhecimento científico e este, defendia o republicanismo. Porém, para Emília Viotti da Costa “a idéia republicana contava, ao que se parece, maior número de adesões entre os oficiais de patentes inferiores e de alunos da escola militar, enquanto a Monarquia tinha o

²⁹CASTRO, op. cit., 2000. p. 21.

³⁰Ibid. p.10.

³¹Ibid, p. 21.

³²Ibid, p. 39.

³³Ibid, p. 39

³⁴Ibid, p. 21.

apoio dos escalões superiores”³⁵, fazendo assim, do Exército uma instituição que se dividia perante a idéia de substituição da Monarquia pela República.

Uma figura considerada muito importante para a Mocidade Militar foi o professor Benjamim Constant que de acordo com Celso castro, “foi atraído pela Mocidade Militar, que estava à procura de um líder”³⁶ para a conspiração contra o regime monárquico, com isso, “a partir de 1886, a biografia de Benjamin Constant não pode ser mais desvinculada de sua relação com a mocidade militar”,³⁷ porque é através de Benjamin Constant como líder que os jovens científicos lutaram contra o regime monárquico em favor do republicanismo. Tendo assim, se tornado líder dos jovens científicos militares segundo Pedro Calmon, [...] todos os anos, a Escola Militar fornecia aos quartéis uma turma de alferes positivistas, fascinados pelas teorias de Benjamin Constant, seu amado mestre [...]³⁸.

Diante do esforço dos jovens militares em encontrar um líder para se apoiarem na luta para a derrubada da Monarquia e ao realizarem diversas reuniões com o objetivo de discutir as ideias republicanas fundaram o Clube Militar como pode ser observado na citação abaixo.

Diversas reuniões de jovens oficiais “científicos” ocorreram no Rio, culminando na criação do Clube militar, em 26 de junho de 1887, sob a presidência de Deodoro. A iniciativa da organização do clube tinha partido de jovens oficiais que desejavam criar um centro politizador da “classe militar”³⁹

Para Celso castro “a criação do Clube representa ganho de espaço político para o grupo de oficiais mais jovens e radicais, que conseguira na Questão Militar amplificar sua voz desafiando o governo em nome da classe militar”.⁴⁰

2.2 O Movimento Republicano

De acordo com Simon Schwartzman “O início do movimento republicano no Brasil pode ser datado de 1870, com a publicação do Manifesto Republicano no Rio

³⁵COSTA, Emília Viotti da. Op. cit. 2007. p. 461.

³⁶CASTRO, op. cit. 2000, p. 58

³⁷Ibid. p.39.

³⁸CALMON, Pedro. Op. cit., 2002. p. 256.

³⁹CASTRO, op. cit., p.39.

⁴⁰Ibid., p. 39.

de Janeiro⁴¹.” este manifesto, “responsabilizavam o regime monárquico por todos os males do país e afirmava que a República traria a solução para tudo⁴²”. Diante desse discurso republicano, de que o regime monárquico representava os males do país, este movimento através da propaganda empreendida pelos seus representantes começou a ganhar força, como pode ser visto na citação abaixo.

[...] O movimento republicano já vinha ganhando força mesmo antes da Abolição, desde o início de 1880, acompanhando o desgaste do regime vigente. Multiplicaram-se os clubes e jornais por todo o país, bem como os diretórios partidários, enquanto os congressos e os meetings populares atraíam, nas grandes cidades, um número cada vez maior de entusiastas [...]⁴³.

Vê-se no exposto acima, que o movimento em questão ganhava força na medida em que o Império se desgastava por conta dos conflitos que travou com importantes setores de sua sociedade, como as Questões Religiosa, Militar e a Abolição, diante desses acontecimentos que marcaram a crise do Império, o movimento cresceu através dos clubes e dos jornais republicanos que se espalharam por todo o Brasil com o objetivo de divulgar os ideais do tão pretendido sistema de governo republicano. Porém, o movimento republicano segundo Basile, “nunca chegou a cristalizar-se em um partido único com interesses ficado em escala nacional, verificando-se, antes, a permanência de núcleos regionais com interesses muitas vezes específicos”⁴⁴.

Diante dessa heterogeneidade do movimento em estudo, baseado em interesses regionais, Basile afirma que:

O movimento republicano cindiu-se em duas correntes, no que se refere à forma como deveria chegar a seus fins, a primeira corrente reflete o seguinte, Já foi observado que, ao ser lançado o movimento, em 1870, preconizava-se que a República seria implantada de forma gradual e pacífica por meio da conscientização da opinião pública e do parlamento, advindo por via eleitoral ou por reforma parlamentar; o principal expoente deste pensamento, Quintino Bocaiúva, acreditava que a evolução da sociedade brasileira levaria fatalmente à República, a qual corresponderia ao progresso da humanidade.⁴⁵

⁴¹SCHWARTZMAN, Simon. Bases do autoritarismo brasileiro. 4. Ed. Rio de Janeiro: Publit Soluções Editoriais, 2007. p.182.

⁴²Ibid., p. 182.

⁴³BASILE, Marcello Otávio N. de C. Consolidação e Crise do Império. In: LINHARES, Maria leda (org.). **História Geral do Brasil**. 9. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990. p. 289.

⁴⁴Ibid., p.289.

⁴⁵Ibid., p.290.

Porém, a esta corrente evolucionária defendida por Quintino Bocáúva, se opunha segundo Basile,

Uma ala mais radical de intelectuais e profissionais liberais de extração urbana, que, sob a liderança do advogado Silva Jardim, passaram a pregar abertamente em comícios, conferência, panfletos e artigos de jornal a revolução popular com a forma de instaurar a República. Fervoroso adepto da Revolução Francesa, Silva Jardim achava que o destino da monarquia deveria ser selado em 1889, ano do centenário daquele movimento, ou, quando muito, no dia da morte de Pedro II, evitando-se, assim, um Terceiro reinado que teria um estrangeiro como governante (o conde d'Eu).⁴⁶

É possível notar diante dessas duas citações, que dentro do próprio Movimento Republicano havia existência de duas correntes de pensamento diferentes no que se refere aos ideais do Movimento Republicano, configurando assim, este movimento, como, sendo formado por intelectuais inspirados em diferentes correntes de pensamento.

Mesmo formado por sujeitos inspirados em correntes de pensamento diferentes, o movimento em questão ao mesmo tempo em que ganhava força também crescia, visto que, o que mais o povo temia era ver o Brasil sendo governado por um estrangeiro, o conde d'Eu – Frances – marido da herdeira do trono a princesa Isabel conforme pode ser visto na citação abaixo, segundo Basile,

A perspectiva de um terceiro Reinado desagradava não só aos Republicanos, que, com isto, viam seu movimento crescer, conquistando novos adeptos ou, ao menos, reduzindo o seu índice de rejeição. O que mais se temia era a entrega da coroa a um estrangeiro, o conde d'Eu, marido da princesa Isabel, extremamente impopular⁴⁷.

É notável o crescimento das ideias pró-republicanas porque os sujeitos inseridos nos locais da campanha favorável ao sistema republicano eram constantemente persuadidos pelos discursos proferidos pelos intelectuais antimonarquistas, sendo que, de acordo com José Murilo de carvalho “O regime monárquico, vivendo à sombra do poder moderador, era condenado pelo manifesto

⁴⁶BASILE, Marcello Otávio N. de C. Op. ct. 1990. p. 290.

⁴⁷Ibid., p. 291.

republicano de 1870, como incompatível com a soberania nacional, que só poderia ser baseada na vontade popular”⁴⁸.

O movimento que defendia a República como forma de governo no Brasil não se restringiu apenas aos civis, chegou a circular também entre a classe dos militares, segundo Basile,

O movimento republicano expandiu-se não só entre os civis, mas também nos meios militares. Após a questão militar, o Exército revestiu-se de uma importância central na política nacional, ao mesmo tempo em que a oposição ao regime crescia para além da jovem oficialidade aguerrida, germinando entre os oficiais mais graduados, que detinham postos de comando⁴⁹.

Diante da leitura consultada pode-se perceber que o movimento republicano era alimentado tanto por parte dos civis como por parte dos militares, essas duas partes, através de discursos persuasivos publicados em jornais, panfletos e livros tinham como objetivo levar os indivíduos do seu meio social a acreditarem que a monarquia era a responsável por todo o mal social e de atraso econômico que existia no país e que a República seria a solução para resolver esses males.

2.3 O Partido Republicano e seus ideais

De acordo com Emília Viotti da Costa, “em 1870, no mesmo ano em que se instalava a Terceira República na França, criou-se o partido republicano no Brasil”⁵⁰. Era um partido novo, criado para fazer oposição ao Império, sendo bom para as idéias republicanas um partido para que o movimento se tornasse mais forte e mais divulgado, além da propaganda já empreendida pelos intelectuais defensores da mudança de sistema de governo no Brasil. Sendo assim, segundo Emília Viotti da Costa ocorreu a criação do partido republicano, surgido de uma crise política originada em 1868 conforme pode ser vista na citação abaixo:

A crise política que se originou em 1868 com a queda do Gabinete Zacarias foi fator desencadeante. O partido Liberal, ao qual pertencia Zacarias, cindiu-se em duas alas: a dos radicais e a dos moderados. Os elementos que compunham a ala radical, que então se forma, evoluíram na sua maioria para a idéia republicana. Foi assim que

⁴⁸CARVALHO, José Murilo de. Op. cit, 1987. p. 11.

⁴⁹BASILE, Marcello Otávio N. de C. Op. cit. 1990.p. 291

⁵⁰COSTA, Emília Viottida. Op. cit. 2007. p. 481.

surgiu o partido republicano do Rio de Janeiro, inserindo-se logo após a criação do núcleo de São Paulo.⁵¹

O Partido Republicano era formado segundo Emília Viotti da Costa, por estudantes, principalmente por bacharéis e estudantes da Escola Militar, seus membros faziam parte da classe letrada das cidades e das vilas e não de gente do campo, sendo assim, pode-se pensar que esse partido era formado por pessoas bem esclarecidas de conhecimento, como pode ser visto na citação abaixo:

Apenas os estudantes, os bacharéis novatos ou cadetes filosóficos da Escola Militar eram republicanos. O partido recrutava seus adeptos sobretudo na classe dos letrados. Os republicanos eram principalmente gente das cidades e vilas, e não gente do campo⁵²

Todo partido político possui uma ideologia e um programa, meios que pelos quais, seus membros se utilizam para divulgar suas ideias e suas propostas sobre o que se pretende fazer em benefício público para os sujeitos que se inserem no meio social de divulgação da ideologia do partido. Na citação abaixo, extraída do livro de Emília Viotti da Costa *Da Monarquia à República Momentos decisivos*, pode-se ver de forma bem clara qual eram as ideias e o programa do Partido Republicano.

No programa do Partido Republicano constava a plena liberdade de cultos, perfeita igualdade de todos os cultos perante a lei, abolição do caráter oficial da Igreja, sua separação do Estado e emancipação do poder civil pela supressão dos privilégios e encargos temporais outorgados a seus representantes, ensino secular separado do ensino religioso, constituição do casamento civil, sem prejuízo do voluntário preenchimento das cerimônias religiosas conforme rito particular dos conjugues, instituição do registro civil de nascimento e óbitos, secularização dos cemitérios e sua administração pelas municipalidades.⁵³

Vê-se que esse programa do Partido Republicano divergia da ordem vigente que existia no Império, como por exemplo, ao pregar a separação da igreja do estado, a constituição do casamento civil, a instituição civil de nascimento, termos presentes na citação e que não existiam na sociedade imperial, percebe-se que o Partido Republicano desejava de fato mudar os rumos da administração do país, e, segundo Viotti “A propaganda desenvolvida pelo partido republicano em comícios, conferências e principalmente por intermédio da imprensa contribuiu para criar em

⁵¹COSTA, Emília Viottida. Op. cit. 2007. p. 481.

⁵²Ibid.. p. 412-413.

⁵³Ibid., p. 458.

certos meios intelectuais uma opinião favorável à idéia republicana”⁵⁴. Era através da propaganda que as ideias se movimentavam e ganhavam força, visto que, o Império já estava em crise por conta dos atritos em que se envolvia com setores importantes de sua sociedade em suas últimas décadas.

Os locais onde se concentrava o maior número de circulação dos ideais republicanos segundo Viotti, era na região “sul do país onde também se editava o maior número de jornais republicanos”⁵⁵, isso pode ser explicado ao observar a citação abaixo:

Concentravam-se de preferência no Sul. Fazendo uma análise da distribuição dos clubes e jornais republicanos existentes no país, às vésperas de 1889, Oliveira Vianna demonstrou que 73% dos jornais e 89% dos clubes localizavam-se nas províncias do Sul do país, principalmente São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul⁵⁶

Os integrantes do partido republicano segundo Emília Viotti da Costa variavam de província para província como pode ser observado na citação abaixo.

Enquanto em São Paulo os fazendeiros formavam o núcleo mais importante do partido republicano, no Rio de Janeiro e nas demais províncias a grande maioria era constituída por representantes das camadas urbanas. Nos últimos anos do império existia entre eles um grande número de simpatizantes das ideias republicanas, embora muitos não estivessem filiados ao partido⁵⁷.

O pensamento e as preocupações dos republicanos de São Paulo eram bem distintos do pensamento dos republicanos do Rio de Janeiro, conforme o que é dito na citação abaixo.

Os republicanos de São Paulo e do rio de Janeiro representavam preocupações totalmente distintas. Enquanto os republicanos da capital, ou melhor, os que assinaram o manifesto de 1870, refletiam as preocupações de intelectuais e profissionais liberais urbanos, os paulistas refletiam preocupações de setores cafeicultores de sua província⁵⁸.

De acordo com José Murilo de Carvalho “os republicanos paulistas estavam solidamente vinculados às transformações socioeconômicas por que passava sua província e sabiam muito bem o que queriam⁵⁹. Já os republicanos do Rio de Janeiro refletiam as preocupações dos intelectuais e dos profissionais liberais urbanos,

⁵⁴COSTA, Emília Viottida. Op. cit. 2007p. 460.

⁵⁵Ibid. p. 413.

⁵⁶Ibid., p. 481.

⁵⁷Ibid., p. 481.

⁵⁸ CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial.** 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. P. 209.

⁵⁹Ibid., p. 215.

configurando assim, duas correntes diferentes dentro do Partido Republicano. Ainda segundo José Murilo de Carvalho, “[...] Ao final do Império, os republicanos paulistas constituíam o único grupo político civil organizado, num claro contraste com os republicanos do Rio de Janeiro que nunca conseguiram formar partido sólido [...]”⁶⁰.

Sobre esse contexto de correntes com pensamentos diferentes dentro do Partido Republicano José Murilo de Carvalho afirma que,

Quando Oliveira Vianna afirma que o Partido Republicano se baseava em áreas urbanas, que recrutava seus membros principalmente entre estudantes e intelectuais e que se dedicava à política silogística e à construção no vácuo, ele certamente tomava a parte pelo todo, e a parte menos importante no caso. Sua caracterização é correta se aplicada aos republicanos do rio de Janeiro, mas totalmente inadequada em relação aos paulistas ou aos mineiros⁶¹.

Essa citação reforça a ideia de que o partido republicano se distinguia de uma província para outra, principalmente entre as províncias do Rio de Janeiro e do Rio Grande Sul que possuíam pensamentos diferentes no que diz respeito ao programa do Partido Republicano.

Nesse período a movimentação de ideias republicanas viveu no Rio de Janeiro Anfrísio Fialho, um militar piauiense, que inserido no meio social marcado pelo debate que visava a mudança de sistema de governo, assim como os propagandistas da República já citados nesse capítulo lançou uma violenta campanha contra a Monarquia e D. Pedro II, assunto que será abordado no próximo e último capítulo deste trabalho.

⁶⁰CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem**: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 209.

⁶¹Ibid., p. 215.

CAPÍTULO III

ANFRÍSIO FIALHO E SUA ESCRITA ANTIMONARQUISTA 1877-1885

De acordo com o dicionário Aurélio da Língua Portuguesa¹, o termo discurso significa “exposição metódica sobre determinado assunto”. Nessa perspectiva, este capítulo tem por objetivo, analisar a fala e a escrita de Anfrísio Fialho, a partir do seu livro: *Processo da Monarquia Brasileira Necessidade da Convocação de uma Constituinte*. Livro esse, em que seu autor critica ferozmente o sistema político imperial do Brasil e o monarca D. Pedro II, e que se refere aos seus anseios e repúdios sobre esse sistema de governo.

Segundo Vinícius Leão Araújo “existem vários meios de se praticar a política, sejam eles através de discursos, da fabricação de imagens, da música, dos partidos, das eleições, entre outros inúmeros meios”². Todos esses meios são “vestígios” deixados pelas pessoas ao longo do tempo. Vestígios esses, que se apresentam ao historiador como fontes históricas, que, a partir das mesmas, através de interpretações sob o olhar do historiador será escrita uma História de determinado fato que aconteceu envolvendo a ação humana, visto que, segundo Marc Bloch “a História é uma ciência que estuda os homens do seu tempo”³.

Por esse viés, serão analisados os vestígios deixados pelo militar piauiense Anfrísio Fialho que ficou conhecido como o panfletário da República por suas ferrenhas críticas ao Império e à D. Pedro II, figura que fez parte da intelectualidade de 1870 e se tornou, juntamente com outros intelectuais como Quintino Bocaiúva, Benjamin Constant, Aristides Lobo e entre outros, um republicano a favor de ideias defensoras da derrocada da monarquia para dar lugar à República Federativa.

De acordo com Emilia Viotti da Costa, os republicanos [...] “afirmam que a República sempre foi uma aspiração nacional. Esposando já uma ideia enunciada no manifesto republicano de 1870, consideram a monarquia uma anomalia na América

¹FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio Século XXI Escolar: O Minidicionário da portuguesa**. Rio Janeiro: Nova Fronteira, 2001. p.23

²ARAÚJO, Vinícius Leão. **Belicosas palavras: O Jornalismo Político de David Caldas entre 1868 e 1875**. (Artigo apresentado no VI Simpósio Nacional de História Cultura realizado em Teresina-PI em junho de 2012). p. 01.

³BLOCH, Marc. **Apologia da História** ou O Ofício do Historiador. Rio de Janeiro: Jorje Zahar, 2001. p. 78.

onde só existem Repúblicas [...]”⁴. Pode-se perceber nessa citação, o desejo que os republicanos tinham de mudança no sistema político do Brasil, porque entendiam que esse tipo de governo era um atraso para a nação. Ainda segundo Emília Viotti da Costa, [...] “de 1870 a 1889 criaram-se clubes republicanos em várias regiões. Surgiram jornais republicanos por todo o país” [...] ⁵. A escrita de Anfrísio Fialho abaixo aparece em parte, corroborando com essa ideia, enunciada anteriormente por Costa,

Essa política criminosa e os seus funestos efeitos acabaram por despertar uma indignação patriótica, tanto aqui na capital como nas províncias. Um grande numero de jornaes e clubes republicanos têm-se fundado aqui e no interior, e já três deputados geraes foram eleitos por suas ideias republicanas afim de sustental-as livremente no seio do parlamento nacional.⁶

Dentre esses adeptos do republicanismo espalhados por todo o Brasil, pode-se citar como exemplos, a figura de Júlio de Castilhos adepto de um republicanismo positivista que empreendeu forte campanha republicana no Rio Grande do Sul, o jornalista piauiense conhecido como David Caldas⁷ - conterrâneo de Anfrísio Fialho - que escreveu e publicou matérias em alguns jornais da “província do Piauí” criticando tanto o Império como a figura do Imperador.

Segundo Vinícius Leão Araújo, “David Caldas, através do seu jornalismo, não poupou esforços para difundir uma imagem demonizada da Monarquia” ⁸. Nesse sentido escreveu na edição de número 18 do seu jornal *O Amigo do Povo* uma matéria que pedia entre louvores e clamores liberdade e igualdade, virtudes que segundo ele só seriam alcançadas quando a monarquia caísse. Oração democrática era o título da matéria publicada por Davi Caldas:

⁴COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**.8. ed. São Paulo: UNESP. 2007. p. 481.

⁵Ibid., p.339.

⁶FIALHO, Anfrísio. **Processo da Monarchia Brasileira Necessidade da Convocação de uma Constituinte**. Rio de Janeiro: Typographia da Gaaseta de Notícias, 1885. p. 27.

⁷ Davi Moreira Caldas nasceu em Barras Piauí em 1836, Foi deputado provincial pelo partido Liberal entre 1868 e 1869, professor de História e Geografia no Liceu Piauiense, foi também poeta e Jornalista. Escreveu matérias nos jornais *Amigo do povo*, *Ferro em Braza*, *A Imprensa e Oitena e Nove*, criticando a monarquia e apontando a República como o melhor sistema político para o Brasil.

⁸ARAÚJO, Vinícius Leão. **Belicosaspalavras: O Jornalismo Político de David Caldas entre 1868 e 1875**. (Artigo apresentado no VI Simpósio Nacional de História Cultural em junho de 2012 em Teresina-PI). P. 7.

Salve, Liberdade, cheia de força; o povo está contigo: bendito é o teu fruto, a igualdade!
 És mãe do direito, compadece-te de nós! Resgata-nos!
 Ouve, atende e acolhe as nossas rogativas, as nossas orações e as nossas súplicas!
 Asilo do desterrado, alegria do cativo, patrimônio do pobre, família do pária, esperança do aflito, força do fraco, fé do moribundo, imortalidade do morto dá-nos a tua graça!
 O direito, o dever, a coragem, a força e a honra, anima e alenta aos que combatem em prol da Liberdade: aos que erguem-se contra os devoradores de homens, reis e príncipes que tem por iguarias os povos, que distribuem entre si, e as nações que trincham!
 Liberdade, virgem de valor! Livra-nos dos reis, dos aristocratas, dos soldados, dos juízes instrumentos da vontade de um só, das alianças, das excelências, dos espiões, do orçamento, do senado, da guerra, da fome, da peste e do império, tudo obra do imperador, que dirige a todos e a tudo como quer!
 Liberdade, virgem de valor, surpreende a toda essa raça de sangue nobre, arranca-lhes a presa, e acaba-lhes o apetite!
 Esmaga esses vermes que roem ao mundo como se já estivera morto!⁹

É notável ser o conteúdo dessa oração formado por um conjunto de recursos literários que visavam tocar, formar e alcançar o coração dos leitores de diferentes formas para que aderissem à causa antimonárquica e democrática concomitantemente.

Com base na escrita de Anfrísio Fialho e de Davi Caldas, ambos defensores da República, torna-se evidente que o discurso típico dos republicanos expressa uma ideia de que a monarquia e o poder de D. Pedro II representam um atraso para a nação, que o monarca brasileiro faz uso de poder absoluto e pessoal, que a República traria progresso ao Brasil. Essas são expressões usadas pelos republicanos com o intuito de persuadir as pessoas a acreditarem que a República seria a melhor forma de governo para a nação, porque com esse novo sistema político, segundo os mesmos, a vida dos brasileiros melhoraria com o progresso que viria acompanhado a nova forma de governo: a República.

Sobre esse tipo de discurso usado como persuasão, Ibãnos afirma que: “caracteriza-se como um esquema argumentativo persuasivo que se fundamenta na

⁹CALDAS, David Moreira. **Oração Democrática**. *O Amigo do Povo*, Teresina, ano 1, n.18, p.2, 21 abr. 1869.

refutação dos argumentos dos adversários, no estabelecimento de fatos e sistema de valores que possam chamar a atenção de audiência em questão.”¹⁰

Diante desse contexto, de discursos republicanos persuasivos disseminando-se por todo o Brasil a partir da segunda metade do século XIX, e observando entre os mesmos os argumentos antimonarquista do militar piauiense Anfrísio Fialho, dar-se a continuidade a este capítulo.

3.1 Quem foi Anfrísio Fialho?

Pouco se sabe sobre o sujeito em estudo. Ele é um piauiense ainda pouco conhecido pelos seus conterrâneos que vieram a este mundo a partir da segunda metade do século XX em diante, e que ficara guardado em um tempo marcado pelo descontentamento da elite política brasileira no final do século XIX. Período no Brasil de mudanças ligadas às questões da Abolição da escravidão, à Questão Militar, à Questão Religiosa, e de surgimento do Partido Republicano acompanhado de novos ideais relacionados à política brasileira. Todos esses acontecimentos refletem a crise do Império, e a primeira dessas mudanças já citadas, segundo Emília Viotti da Costa, significou que “as classes escravagistas, os fazendeiros de café e alguns senhores de engenho abandonaram o Imperador e se puseram contra a monarquia depois da Abolição.”¹¹ Sendo assim, esta pode ser vista como o acontecimento que mais pesou no processo de passagem do Império para a República.

Anfrísio Fialho, dono de uma escrita antimonarquista, é filho de Francisco José Fialho, nasceu em 14 de Abril de 1839 na cidade de Valença localizada no centro-norte da província do “PIAUHY”. Formou-se Doutor em Ciências Políticas e Administrativas, foi educado ora na Europa, ora em um internato militar no Rio de Janeiro (capital do Império), no uso de suas atribuições militares, participou da campanha da Guerra do Paraguai e também do Terceiro batalhão de Artilharia, ficou conhecido como o panfletário da República por ter escrito e publicado panfletos

¹⁰IBAÑOS, Ana Maria Tramunt. **Análise da Argumentação**: por uma leitura do subtendido. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada). Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação em Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1989. P. 41.

¹¹COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República**: momentos decisivos. 8.ed. São Paulo: UNESP. 2007. p. 438.

repudiando ferozmente a política imperial de seu tempo e o poder que ele considerava “absoluto” do Imperador D. Pedro II.

Assim como aconteceu com muitos que eram favoráveis à República como forma de governo no Brasil, a Imprensa se destacou na vida de Anfrísio Fialho, pois, através dos seus *Panfletos pró-republicanos*, de seu jornal *O Constituinte* e do seu livro *Processo da Monarquia Brasileira Necessidade da Convocação de Uma Constituinte*, passou parte de sua vida e com mais intensidade o período de 1877 a 1885, investigando as ações políticas e não políticas de D. Pedro II e combatendo o Império brasileiro, em defesa da República, pois pensava ser essa a melhor forma de governo para a nação.

Sobre esse sujeito engajado em uma campanha republicana escreveu Raimundo Magalhães Júnior:

Quando, poucos anos antes da proclamação da República, Anfrísio Fialho lançou violenta campanha contra a instituição monárquica, exigindo, no “Constitucional”, convocação de uma Assembleia Constituinte para deliberar sobre a forma de governo que o país devia adotar, reedições comentadas de *O Libelo do Povo* e de *Conferência dos Divinos* foram feitas, para o fim de ativar a campanha, através de depoimentos de dois homens de grande evidência política no Império.¹²

Essa citação evidencia quão grande foi a militância de Anfrísio Fialho em prol do movimento republicano através dos seus escritos publicados no seu jornal *O Constituinte*, pois o mesmo exigia a convocação de uma constituinte que tivesse como objetivo, discutir sobre uma nova forma de governo para reger o Brasil, e em um de seus escritos jornalísticos reeditou os panfletos *O Libelo do Povo* de autoria de Francisco de Sales Torres Homem e *A Conferência dos Divinos* outro panfleto de autoria de Antônio Ferreira Vianna, essas duas figuras criticavam o Império e seu imperador na fase em que eram liberais, ambos atacaram veementemente D. Pedro II e a Monarquia. O intuito dessas reedições era divulgar e tornar a campanha republicana mais forte e implacável.

É cabível ressaltar aqui a importância, do lugar social em que estava inserido o proprietário do jornal *O Constituinte*. Segundo Michel de Certeau:

¹²¹² MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. **Três Panfletários do Segundo Reinado**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2009. p. 8.

Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção sócio-econômico, político e cultural. [...] É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delinea uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas se organizam. [...] ¹³

Nesse sentido, é evidente que se compreenda o porquê de Anfrísio Fialho, ter se tornado um fervoroso republicano. Esse sujeito histórico estava inserido em um local social onde o que se fazia e o que se produzia por um dos grupos de seus contemporâneos no qual ele também se inseria, era uma discussão a respeito de um novo regime político para o Brasil. Sendo assim, tornava-se propício para o mesmo participar daquela geração intelectual de 1870 que eram favoráveis ao regime republicano e propício também, pensar e agir de acordo com o debate em que eram envolvidos no lugar social em que estavam inseridos.

Não foi possível ainda nesse trabalho, trazer mais informações sobre a vida dessa figura que lutou ao lado de outros militares e intelectuais em prol de uma causa republicana, devido à escassez de fontes a respeito de sua vida mais íntima e pessoal, ficando esta tarefa para outra pesquisa. Mas, pode-se chegar a uma possível hipótese, de este sujeito ser oriundo de uma família tradicional e abastada da província do Piauí, visto que foi educado, ora na Europa e ora no Rio de Janeiro, locais que demandavam altos recursos financeiros para se educar um filho no século XIX, e também, por ter fundado um jornal que tinha como objetivo maior divulgar matérias republicanas.

3.2 Entre ações políticas e não políticas: uma investigação sobre o imperador D. Pedro II

Em 1876, o imperador D. Pedro II empreendeu sua segunda viagem à Europa, nesse ano Anfrísio Fialho que se encontrava residindo em Bruxelas como adido militar ¹⁴, resolveu aproveitar esse ensejo para tornar o Brasil mais conhecido

¹³ CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. [Trad. Maria de Lourdes Menezes]. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. p. 56.

¹⁴ **Adido militar** é um oficial das Forças Armadas acreditado junto de uma representação diplomática com a finalidade de trabalhar em estreita ligação com as autoridades militares locais, permutando informação específica. Por regra, uma embaixada dispõe de um adido militar ou rotativamente proveniente de cada um dos três ramos das Forças Armadas ou, junto dos Estados de maior relevância, três adidos de cada um dos ramos. Ver: <<http://pt.wikipedia.org>>

no “mundo civilizado”, onde só era conhecido pelo vômito negro (febre amarela) e por sua Monarquia “liberal”.

Com esse intuito de tornar o Brasil mais conhecido no “Velho Continente” escreveu sobre o problema da imigração que ocorreu para o Brasil no fim do século XIX, para substituir a mão de obra escrava, pois o tráfico negreiro havia sido abolido em 1850, e mais tarde em 13 de maio de 1888 a escravidão também fora abolida, porque a princesa Isabel sofria pressões inglesas para fazer isso, quando a Inglaterra necessitava de mais mercados consumidores para os seus novos produtos industrializados.

Pode-se citar também, como motivo de atração dos imigrantes para substituição da mão de obra escrava, as pressões e o apoio do exército e dos cafeicultores do oeste paulista a favor da campanha abolicionista. Esses setores também pressionavam a princesa Isabel a promover a Abolição. Além disso, segundo Emília Viotti da Costa, “já na década de 1850 fazendeiros das áreas cafeeiras tornaram-se interessados em promover a imigração e em substituir os escravos por imigrantes”¹⁵.

Nesse contexto, para fazer essa divulgação do seu Estado-Nação escreveu uma obra intitulada *Biographia do Sr. D. Pedro II, Imperador do Brazil*. Esse livro retrata sobre o reinado brasileiro e sobre os feitos do Imperador. Como o autor há algum tempo estava residindo na Europa e não tinha conhecimento da crise em que se encontrava o Império terminou por escrever um discurso favorável sobre o monarca D. Pedro II. Discurso esse baseado no bem que tinha ouvido falar sobre Imperador e em esboços biográficos do mesmo, que havia consultado. Seu objetivo ao escrever esse ensaio biográfico era mostrar que no Brasil não existia apenas insalubridade a ponto de tornar essa Nação internacionalmente conhecida como “vômito negro”, por isso, um tema discutido por Fialho foi o da imigração europeia, com o intuito de mostrar que no Brasil também existia algo de bom que chegava a atrair os europeus para trabalhar.

A publicação desse ensaio biográfico provocou comentários que surpreendeu o militar Anfrísio Fialho, pois, muitos leitores principalmente os anônimos em cartas “tacharam” a obra como “bajulação” e “interesseira”. Os conhecidos do autor dessa obra sabendo da incapacidade do mesmo em nutrir tão

¹⁵COSTA, Emília Viotti da. Op. cit. p. 363.

baixos sentimentos, o advertiram que estava enganado sobre o imperador e que não o conhecia muito bem.

Sendo assim, após se surpreender com os comentários sobre o que havia escrito e publicado, e advertido que não conhecia bem o imperador brasileiro, resolveu procurar por si mesmo, conhecer a situação em que se encontrava o sistema político imperial brasileiro e as ações do monarca D. Pedro II. Começou suas investigações ainda na Europa em 1877 e continuou a investigar também no Brasil até 1885. Suas pesquisas foram realizadas num espaço de tempo de oito anos, período em que analisou os fatos políticos e não políticos do Imperador e comparou os fatos em que o monarca se envolveu durante os oito anos com as ações dos imperadores romanos. Leu também com muita cautela a obra de Nicolau Maquiavel *O Príncipe*, observando os conselhos dados aos chefes de Estado, pois com essa leitura poderia analisar melhor a situação política do Brasil e as ações do monarca brasileiro.

Para que os seus concidadãos tivessem conhecimento de suas investigações, Anfrísio Fialho as publicou em seu livro *Processo da Monarquia Brasileira Necessidade da Convocação de uma Constituinte*. Esse livro é fruto de uma pesquisa sobre o Império e o Imperador, e é a fonte utilizada na construção desse trabalho.

Para René Remond:

[...] os meios de comunicação não são por natureza realidades propriamente políticas: podem tornar-se políticos em virtude de sua destinação, como se diz dos instrumentos que não são transformados em armas [...]. Certas situações ampliam o campo político: em tempo de guerra, o que não é político?¹⁶

Sendo assim, o livro de Anfrísio Fialho, fruto de uma investigação de oito anos sobre um regime político e um chefe de Estado – D. Pedro II - pode ser considerado um instrumento político, porque sua proposta é mostrar a face de um sistema de governo que rege um Estado-Nação e as ações do representante desse Estado.

Por meio de suas investigações chegou à conclusão de que realmente não conhecia o Chefe do Estado Nacional Brasileiro quando escreveu o *Ensaio Biográfico sobre D. Pedro II*, enquanto residia em Bruxelas. E como resultado das investigações sobre o monarca brasileiro escreveu o seguinte:

¹⁶REMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ e FGV, 1996, p. 441- 443.

Pois bem; o resultado d'esse estudo consciencioso e pratico entristeceu – me profundamente. O Imperador appareceu – me então por tal forma oposto ao que eu suppunha que era d'ele tinha dito que eu mesmo custava admitir o resultado de minhas pesquisas á medida que eu ia estudando – o e conhecendo – o melhor; e certamrnte eu não ousaria externar o juízo que formo d'elle hoje se não tivesse em meu apoio um grande numero de factos cada qual mais convincente e, sobretudo, se eu não considerasse como um acto do mais puro patriotismo e o mais sagrado dos deveres o de dizer aos meus concidadãos a verdade que eu descobri e que devo servi – lhes de guia nas suas futuras relações com o seu Imperador. Este dever impõe – se – me de uma maneira irresistivel porque fazendo – lhe outr'ora a apologia no estrangeiro e afirmando solemnemente o seu patriotismo e as suas melhores intenções, eu contribui de alguma forma para fazer nascer ou argumentar a confiança dos brasileiros no chefe da nação e para adormecer o espírito nacional, quando é da maior urgência e necessidade despertarl – o e imprimir – lhe uma direcção capaz de obrigar aquelle chefe a mudar de politicae sustar – se é que já não é tarde --- a execução dos seus criminosos desígnios. Não dizer ao meu paiz a verdade que descobri com relação ao Imperador importareicometter um crime de lesa patria, ou pelo menos ser cúmplice, por meu silencio, de tão grande attentado.¹⁷

As palavras de Anfrísio Fialho em relação ao resultado do estudo são de perplexidade e de tristeza porque custou para ele acreditar que o Imperador brasileiro não era o governante que ele pensava ser antes da realização dessa pesquisa, mas, que com os fatos apurados sobre o Imperador este passou a ser visto por Anfrísio Fialho como um grande atentado para a nação brasileira chegando a ficar ressentido por ter contribuído ou feito nascer de alguma forma nos brasileiros certa confiança em D. Pedro II.

No período em que estava fazendo suas investigações observou a fala de ex-ministros, que retratam sobre as ações do Imperador e cita essas ações como os testemunhos mais importantes a respeito do pensamento de D. Pedro II.

Assim os ex-ministros testemunharam a respeito de D. Pedro II

Quanto á existência do governo pessoal, alma do plano imperial, Ella eatá provada pelo único modo irrefutável por que póde ser provada, isto é pelo testemunho de ex – ministros e dos mais autorizados. Com effeito: o senador Euzebio de Queiroz, ex – ministro e chefe supremo do partido conservador, dizia que “um homem de dignidade não podia ser duas vezes ministro do Sr. D. Pedro II”alludindo assim

¹⁷ FIALHO, Anfrísio. **Processo da Monarchia Brasileira Necessidade da Convocação de uma Constituinte**. Rio de Janeiro: Typographia da Gaaseta de Notícias, 1885. p. 6.

ao facto do monarca não deixar o ministro governar livremente. E não quis ser mais ministro n'este reinado.

O senhor Paulo Sousa ex – ministro e chefe do partido Liberal, dizia, referindo – se ao Imperador; “há lá em cima alguma cousa podre”.

O Sr. Paulino de Souza, ex – ministro e ainda hoje um dos chefes conservadores, exclamou em 1871 na camara dos deputados: “Meus senhores, já há dous séculos o padre Antono Vieira dizia uma profunda verdade, e é que *n'este paiz só há uma verdde*”(a do Imperador).

José de Alencar, depois de ter sido ministro, escreveu: “Como um polypo monstruoso, o *governo pessoal* invade tudo. Desde as transcendentes questões da alta política até as nugas da pequena administração¹⁸.”

A citação acima é vista por Anfrísio Fialho como um dos fatos observados por ele durante o período em que empreendia sua pesquisa sobre as ações do monarca brasileiro. Ao observar esses fatos o mesmo chega a concluir influenciado pelos debates pró-republicanos do seu meio social, que o imperador faz uso de poder pessoal porque em uma das falas proferidas por um ex-ministro, o mesmo afirma que um homem digno não aceitaria ser ministro duas vezes pelo motivo de não ter liberdade para governar. Sendo assim, Fialho chega à conclusão de que o poder não era descentralizado, mas, pessoal e absoluto de Pedro II. Sobre esse “poder pessoal” Costa, analisa a obra de Suetônio, este afirma, que o “O poder pessoal do imperador é incontestável, a ele cabe e somente a ele todos os males do seu longo reinado”¹⁹.

A partir do resultado desse estudo, que deu origem ao seu livro, Anfrísio Fialho assim como outros republicanos e antimonarquistas do fim do século XIX começa a fazer uma vasta produção escriturística atacando e repudiando as estruturas políticas da monarquia no Brasil e também a figura do Imperador D. Pedro II. Esse tipo de escrita será vista e analisada no subtópico abaixo.

3.3 Processo da Monarquia Brasileira Necessidade da Convocação de uma Constituinte: uma violenta campanha contra a Monarquia

Segundo Michel de Certeau, “[...] não existem considerações, por mais gerais que sejam, nem leituras, capazes de suprimir a particularidade do lugar de

¹⁸FIALHO, Anfrísio. **Processo da Monarquia Brasileira Necessidade da Convocação de uma Constituinte**. Rio de Janeiro: Typographia da Gaasetta de Notícias, 1885. p. 7.

¹⁹COSTA, Emília Viottida. Op. cit. 2007. p. 390.

onde falo e do domínio em que realizo uma investigação [...]”²⁰. Assim sendo, a análise da escrita que se segue tem por objetivo, mostrar que durante o fim do século XIX, no seio da capital do Império brasileiro a intelectualidade formada por jornalistas e militares, da qual fazia parte Anfrísio Fialho, diante da crise em que se encontrava o Império, lutavam pela mudança de regime político, e para isso escreviam em jornais, publicavam em livros e panfletos ideias com caráter persuasivo a favor da República como a melhor forma de governo para o país.

Diante desse contexto, de agitação política e de lutas pela instalação de um novo sistema de governo, vê-se na citação abaixo o que propunha mostrar Anfrísio Fialho, em seu livro: *processo da Monarchia Brasileira Necessidade da Convocação de uma Constituinte*:

N'este folheto eu **proponho – mostrar**:

- 1.º Que o governo pessoal do Imperador já não tem limites e que já nem sequer “as salvam as apparencias,” como disse ultimamente no Senado o SR. Affonso Celso;
- 2.º Que esse governo pessoal é o principal instrumento de que se tem servido o Imperador para executar o plano político que concebeu de reduzir a nação ao estado de cadáver pela pobreza e pelo atraso, afim dese consolidar o seu thono em terra americana onde a Monarchia é planta exótica;
- 3.º Que este plano mephistophelico plenamente executado, tanto que o imperador já julgou chegada a occasião de preparar a ascensão de sua filha ao thono, para o que abdicará brevemente;
- 4.º Que a convicção que tem o Imperador de ser impossível uma revolução e de ter o Sr. Silveira Martins dito há poucos dias uma verdade quando affirmou que “somos um miserável rebanho de ovelhas” da – lhe a certeza da impunidade e por isso o animará a continuar a praticar sua política anti – nacional e perjura;
- 5.º Que só ha um meio -- que o leitor verá no texto do folheto -- pelo qual se *poderá* obrigar o Imperador, ou o seu sucessor, a sustar a continuação d'esta política “que estragou todas as forças vivas da nação”.
- 6.º Que sómente pelo meio que acabo de alludir se *poderá* fazer o bem publico a qual o Imperador se tem intencionalmente opposto por estar persuadido que da prosperidade nacional, que é a soma das prosperidades individuais dos brasileiros, advirá o reinado da *Republica*, que é a fórmula de governo dos povos americanos.²¹

²⁰CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. [Trad. Maria de Lourdes Menezes]. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. p. 55.

²¹FIALHO, Anfrísio. **Processo da Monarchia Brasileira Necessidade da Convocação de uma Constituinte**. Rio de Janeiro: Typographia da Gaasetta de Notícias, 1885. P. 5.

A citação acima retrata sobre o que seu autor pretendia mostrar às pessoas do seu tempo a respeito das ações do imperador. Nota-se que essa escrita se baseia em depoimentos de senadores e de ex-ministros que criticam o reinado de D. Pedro II, acusando-o de fazer uso de poder pessoal sem limites, e de um plano político que teria levado este país durante todo o reinado a um estado de absoluta pobreza, que seus críticos costumavam chamar de estado de cadáver. Envolvidos pelas influências do lugar social em que se inseriam, influências essas que se relacionavam às mudanças políticas, viam na forma de governo republicano uma solução para os problemas que eles diziam assolar a nação, como a pobreza e o atraso econômico. Segundo José Murilo de Carvalho, a [...] “República propunha, extremamente, trazer o povo para o proscênio da atividade política” [...] ²² que lhes era impedido de participar pelo poder monárquico.

Diante desses pensamentos antimonárquicos vê-se o seguinte sobre o que o autor de: *O Processo da Monarquia Brasileira Necessidade da Convocação de uma Constituinte* considerava ser uma verdade sobre o Imperador baseado nos fatos observados durante sua investigação:

Essa verdade é a mesma que devem conhecer todos os brasileiros que, tendo militado activamente na nossa política, têm ao mesmo tempo *estudado* o reinado do Sr. D. Pedro II; têm tratado de perto com o monarchabrazileiro; tiveram aspirações patrióticas; procuraram contribuir para a prosperidade e bem – estar de seus concidadãos; conhecem a natureza humana e, sobretudo, a natureza, a índole e os secretos propósitos da monarchia em gerral. Aqueles dos meus patrícios que estão n’estas condições devem conhecer o Imperador tão bem como eu o conheço hoje, isto é, devem saber: 1º somos governados por um calculador frio e implcavel que formou um plano altamente egoísta, por ser em favor exclusivo dos intereses do seuthono, e por isso mesmo altamente criminoso porque é contrario a felicidade da nação cuja prosperidade elle jurou promover; 2º que para a execução deste plano elle não tem recuado ante meio algum, por mais reprovado que seja pela religião, pela philosophia, pela moral ou pelo direito²³.

Anfrísio Fialho expõe nesse trecho, o que ele juntamente com outras pessoas do meio político conhecem a respeito do Imperador, e conclui ser o mesmo frio e calculista, e que pelo seu trono passaria por cima de tudo e de todos, visto

²² CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados**: O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 11.

²³FIALHO, Anfrísio. **Processo da Monarquia Brasileira Necessidade da Convocação de uma Constituinte**. Rio de Janeiro: Typographia da Gaaseta de Notícias, 1885. p. 7.

que, para alcançar os seus objetivos chegaria aos fins sem justificar os meios e que motivo algum o faria desistir de continuar com o seu plano de governo.

Porém, nem todos os brasileiros tinham essa mesma visão sobre a figura do Imperador, caso daquelas famílias das províncias distantes da capital do Império, como a família do próprio Anfrísio Fialho. Segundo o mesmo, teve de publicar a obra que é a fonte utilizada neste trabalho, muito tempo depois que Ela foi produzida para não desgostar seu pai e seus familiares mais próximos que viam D. Pedro II como um homem patriota e desprovido de interesse pessoal. Tinham também essa mesma percepção, as pessoas que viviam próximas ao Imperador, e como estavam inseridas no mesmo contexto de sua visão não conseguiam enxergar o que os contrários à monarquia enxergavam. Isso pode ser visto na fala de Anfrísio Fialho abaixo

Aquelles, porém, que têm vivido descuidadosamente no meio do indifferentismo internacionalmente cercado pela política do Imperador, adormecidos, por assim dizer, pelo veneno subtil preparado pela alchimia imperial, para mais seguramente realizar – se aquelle plano criminoso; aquellesque não têm procurado saber como somos governados e para onde nos levam os nossos governantes e que vivem iludidos pelas apparenciantranquillizadoras de ordem publica e das exterioridades democráticas e insinuantes do monarcha; esses devem acreditaar, assim como eu acreditava ainda em 1876, que o Imperador’ do Brazil é o melhor dos homens, o mais patriota e desinteressado dos brasileiros, um cidadão que está se sacrificando para fazer a felicidade da nação que governa, tal é a habilidade immensa, inexcedível - nem mesmo pela de Tibério que Tacito tanto exalta - com que elle tem sabido encobrir a verdade e enganar a massa dos governados.²⁴

A escrita de Anfrísio Fialho se referindo o monarca brasileiro é fundamentada em trabalhos de historiadores internacionais que trabalham com atemática relacionada à política de regimes monárquicos, isso significa dizer que no período dos oito anos em que passou pesquisando sobre D. Pedro II, se preocupou em analisar os fatos que ocorriam ou ocorreram nas monarquias de outros Estados-Nação para se certificar que não estaria cometendo nenhum equívoco, visto que, tinha visão positiva do Imperador que até mesmo custou a se desfazer dessa visão, e deixou de acreditar na mesma somente depois dos resultados de sua pesquisa. Nesse sentido de fundamentação de um estudo a partir

²⁴FIALHO, Anfrísio. **Processo da Monarchia Brasileira Necessidade da Convocação de uma Constituinte**. Rio de Janeiro: Typographia da Gaasetta de Notícias, 1885. p. 7.

de outro, pode ser visto abaixo o que Fialho leu no período em que estava fazendo suas investigações sobre o chefe de Estado brasileiro.

Essa política tortuosa, hypocrita e criminosa, com todas as apparencias da honestidade, da abnegação do patriotismo e da benevolência, empregada pelos possuidores de throno foi posta em relevo por Duruy, o grande historiador francez, quando disse: “Os imperadores romanos, á semelhança de jano, o deus d’eles, têm duas caras, e por isso devem ter duas historias”. (*historia Romana.*)²⁵

Baseado no pensamento do historiador Frances Duruy, de que os imperadores romanos tinham duas caras, o autor da obra *Processo da Monarchia Brasileira Necessidade da Convocação de Uma Constituinte*, a partir dos seus estudos e da observação dos atos do Imperador passa a associá-lo com os imperadores romanos como fica visível na citação abaixo.

A biographia do Imperador que escrevi em Bruxellas é a photographia de uma de suas caras, aquella com que só apresenta em publico e que traz afivelada a mascara do patriotismo e da honestidade; a sua verdadeira historia, da qual o *processo da monarchiabrazileira* são os lineamentos. Será a photographia da outra cara, isto é d’aquella que só é vista por seu successorpresumptivo á quem elle, com certeza já deve ter ensinado a “profissão de rei” e por aquelles que estão nas condições que descrevi acima, isto é que o estudaram de perto e praticamente.²⁶

“Os elementos do discurso político são usados estrategicamente, produzindo um espetáculo verossímil, na tentativa de seduzir (atrair, encantar, fascinar, deslumbrar) e persuadir (levar a acreditar ou aceitar, induzir)”.²⁷ Por esse viés, de fazer com que o leitor seja iludido pelas palavras que o incitam a acreditar no que está sendo defendido Anfrísio Fialho descreve o pensamento do plano político de D. Pedro II.

São dois os pensamentos principaes do plano político do Imperador: 1º Tornar – se elle o único poder da nação afim de que todos e tudo, instituições e homens, dependessem d’elle e elle pudesse governal – os ou dirigil – os no sentido dos interesses do throno ; 2º Reduzir a nação ao estado de cadáver já impedindo – lhe o progresso e a prosperidade, que dão a força e a independência, já não deixando ninguém criar prestigio, sobretudo na carreira publica, ou tirando

²⁵FIALHO, Anfrísio. **Processo da Monarchia Brasileira Necessidade da Convocação de uma Constituinte**. Rio de Janeiro: Typographia da Gaaseta de Notícias, 1885. p. 7.

²⁶FIALHO, Anfrísio. **Processo da Monarchia Brasileira Necessidade da Convocação de uma Constituinte**. Rio de Janeiro: Typographia da Gaaseta de Notícias, 1885. p. 11.

²⁷LACERDA, NaziozênioAntônio. **A importância dos implícitos no discurso político**. Dissertação de Mestrado em Lingüística Aplicada apresentado ao programa de Pós-Graduação em Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul em 2001.

d'aquelles que conseguiram adquiril – o a despeito dos esforços em contrario da política imperial.²⁸

A escrita acima mostra o quanto seu autor repudia as ações de D. Pedro II no exercício do seu Reinado, porque o mesmo é visto como o símbolo do poder pelos que não estão ao seu meio e pelos que não são indiferentes aos assuntos relacionados á política, essa escrita tem o intuito de denunciar que o progresso ainda não tinha chegado ao Brasil no século XIX, segundo os críticos da monarquia por conta do poder pessoal do monarca e essa questão da falta de prosperidade é reforçada com mais intensidade ainda na citação abaixo.

[...] Como poderia o Brazil ter progredido e desenvolvido os seus recursos naturaes sem estradas de rodagem, sem braços, sem capitães, sem instrução publica e educação nacional e profissional, isto é sem um só dos factos reconhecidos pelos economistas como indispensáveis ao progresso da riqueza social, e, ainda em cima, conservado a escravidão, que é o mais poderoso obstáculo á esse progresso? Porque milagre teríamos prosperado, seríamos um povo rico, adeantado, forte e cheio de prestigio sem o emprego de *um* só d'aquelles meios aconselhados pela economia política e existindo no nosso seio o ancro da escravidão?
Com effeito, o governo do Imperador não sómente nunca mandou construir eatradas de rodagem -- a primeira de todas as condições de prosperidade de um paiz que vive quasi exclusivamente da lavoura [...] Nunca organisou um plano de ensino profissional ou de educação nacional, como conservou até onde pode conservar o elemento destruidor de todo progresso, o factor principal de nosso atrazo, da nossa pobreza, da nossa podridão moral, A ESCRAVIDAO, fazendo d'esta criminosa instituição o mais activo collaborador de sua obra de destruição[...] ²⁹

Interessante atentar para a citação acima e ver que o atraso em que se encontrava o Brasil no fim do século XIX, pela falta de desenvolvimento dos recursos naturais, da educação, termos presentes no texto, são fatores primordiais para o crescimento de um país, e esse atraso segundo Anfrísio Fialho está relacionado à forma de governo, sendo a monarquia a responsável pelo não desenvolvimento, que também está associado ao escravismo, conforme Ângela Alonso afirma que “o regime escravista é entendido como um sistema que impediria o processo normal da

²⁸ FIALHO, Anfrísio **Processo da Monarchia Brasileira Necessidade da Convocação de uma Constituinte**. Rio de Janeiro: Typographia da Gaaseta de Notícias, 1885. P. 13.

²⁹ FIALHO, Anfrísio. **Processo da Monarchia Brasileira Necessidade da Convocação de uma Constituinte**. Rio de Janeiro: Typographia da Gaaseta de Notícias, 1885. P. 35.

atividade econômica. Isto é, obstruiria a organização do capitalismo.”³⁰ Sendo assim, este pode ser considerado um dos fatores essenciais para explicar o atraso econômico e social da nação brasileira.

A leitura e a escrita, ambas possuem sua História, sendo assim, é possível perceber no pensamento de Anfrísio Fialho duras críticas ao monarca brasileiro, e à sua forma de conduzir o Brasil. O seu pensamento é marcado por um tom ferozmente antimonarquista onde se acredita que esse autor tem por objetivo induzir os leitores a abrirem o pensamento em relação ao sistema Imperial e a forma de D. Pedro II governar. Foi esse militar, um dos poucos piauienses de sua época que se envolveu intensamente no cerne da propaganda republicana na segunda metade do século XIX no Rio de Janeiro capital do Império.

³⁰ ALONSO, Angela. **Ideias em movimento** a Geração de 1870 na crise do Brasil Império. São Paulo: Paz e terra, 2002, p. 214.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa buscou analisar o pensamento de Anfrísio Fialho a respeito do que ele pensava sobre a política imperial de seu tempo e sobre as ações políticas de D. Pedro II, durante o recorte temporal de 1877 a 1885.

Todavia, analisar e compreender o pensamento de um sujeito influenciado pelos acontecimentos do seu lugar social é algo desafiador para os historiadores. Como pensamos na fala de Anfrísio Fialho dentro da perspectiva histórica, fez-se necessário investigar algumas questões, como a importância das influências do seu meio social baseado nos discursos dos propagandistas da República que também eram críticos radicais da política imperial adotada por D. Pedro II.

Observou-se que nas últimas décadas do regime imperial, este se envolveu em alguns conflitos com setores importantes da sociedade brasileira, como a Igreja, o Exército e os fazendeiros de café, principalmente com os do vale do Paraíba que ficaram insatisfeitos com a abolição da escravidão.

. Esses conflitos de acordo com a bibliografia consultada culminaram por levar o império a uma crise em seus últimos anos e foi durante essa crise imperial que surgiu a intelectualidade de 1870, um grupo que não era homogêneo e que contestava o *status quo* vigente no regime imperial. Juntamente com esse grupo emergiram também com grande força um grupo de intelectuais que se tornaram os propagandistas da República, porque através de jornais, panfletos e livros empreenderam violenta campanha contrária a monarquia e seu monarca D. Pedro II.

Os membros do Partido Republicano, também participaram do debate que hostilizava o regime imperial, e estes lançavam Manifestos Republicanos, como uma maneira de persuadir e iludir as pessoas a aderirem ao movimento que reconheciam a República como a solução para os problemas existentes no Brasil.

Além dos propagandistas radicais favoráveis ao regime republicano, os militares, principalmente os que formavam as baixas patentes, sobretudo os jovens alferes estudantes das escolas militares, formavam outro grupo de intelectuais que se articularam diante do contexto de movimento das ideias contrárias ao regime imperial. Na classe dos militares envolvidos com os discursos favoráveis ao regime republicano estava o piauiense Anfrísio Fialho, figura pouco conhecida pelos seus conterrâneos, que realizou através de seus escritos antimonarquistas uma violenta

campanha contrária à ordem vigente imperial, sendo assim, esse sujeito histórico em estudo foi um dos propagandistas radicais republicanos.

Diante dessa pesquisa, pode-se pensar que o Império brasileiro, em suas últimas décadas se abalou com crises geradas por conflitos com importantes setores da sociedade, assim, se tornou desestruturado e sem apoio das classes dominantes, diante dessa crise os grupos intelectuais aproveitaram o ensejo para se articularem e colocar em movimentos as ideais defensoras da política republicana.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Eduardo Barbosa Henrique de. **O LITERÁRIO E NOTICIOSO ESTUDANTIL: Flâmula** e as formas de representação social em Picos na década de 1950. Picos-PI: 2013. Monografia (Licenciatura Plena em História) – UFPI, 80f.
- ALONSO, Angela. **Ideias em movimento** a Geração de 1870 na crise do Brasil Império. São Paulo: Paz e terra, 2002.
- ARAÚJO, Vinícius Leão. **Belicosaspalavras: O Jornalismo Político de David Caldas** entre 1868 e 1875. (Artigo apresentado no VI Simpósio Nacional de História Cultural em junho de 2012 em Teresina-PI).
- BACELAR, Carlos. Fontesdocumentais: uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. 3. Ed. São Paulo: Contexto, 2011.
- BASILE, Marcello Otávio N. de C. Consolidação e Crise do Império. In: LINHARES, Maria Ieda (org.). **História Geral do Brasil**. 9. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.
- BLOCH, Marc. **Apologia da História** ou O Ofício do Historiador. Rio de Janeiro: Jorje Zahar, 2001.
- CALMON, Pedro. **História Social do Brasil** Espírito da Sociedade Imperial. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- _____. **Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- _____. **A Formação das Almas: O imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CASTRO, Celso. **A proclamação da República**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2000.
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. [Trad. Maria de Lourdes Menezes]. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- COSTA, Emília Viottida. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. 8. Ed. São Paulo: UNESP. 2007.

LACERDA, Naziozênio Antônio. **A importância dos implícitos no discurso político**. Dissertação de Mestrado em Lingüística Aplicada apresentado ao programa de Pós-Graduação em Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul em 2001.

IBAÑOS, Ana Maria Tramunt. **Análise da Argumentação**: por uma leitura do subtendido. Dissertação (Mestrado em Lingüística Aplicada). Superintendência de Pesquisas e Pós-Graduação em Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1989.

MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. **Três Panfletários do Segundo Reinado**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2009.

REMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.

SCHWARTZMAN, Simon. Bases do autoritarismo brasileiro. 4. Ed. Rio de Janeiro: Publit Soluções Editoriais, 2007.

FONTE DOCUMENTAL

FIALHO, Anfrísio. **Processo da Monarchia Brasileira Necessidade da Convocação de uma Constituinte**. Rio de Janeiro: Typographia da Gaasetta de Notícias, 1885.

CALDAS, David Moreira. **Oração Democrática**. *O Amigo do Povo*, Teresina, ano 1, n.18, p.2, 21 abr. 1869.

ANEXOS

ANFRISO FIALHO
PROCESSO
DA
MONARCHIA BRAZILEIRA
—————
NECESSIDADE
DA
CONVOCAÇÃO DE UMA CONSTITUINTE

A
820.981
F 438
P
1885